



Universidade de Aveiro
2014

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**CATARINA TAVARES
LEBRE DA ROCHA**

**PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL – CASO LIGA
GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS – NA
DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU**



**CATARINA TAVARES
LEBRE DA ROCHA**

**PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL – CASO LIGA
GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS– NA
DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e coorientação científica da Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a todos os guineenses que diariamente lutam por um país melhor. A vossa
força e determinação inspira o mundo.

o júri

Presidente

Professor Doutor Varqa Carlos Jalali
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Arguente

Professor Doutor Luis Mah
Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da
Universidade de Lisboa

Orientador

Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço ao Doutor Carlos Jalali por ter a capacidade de motivar e ensinar de uma forma excepcional exigindo sempre o melhor de nós. À minha coorientadora Doutora Cristina Gomes pela constante ajuda, empenho, disponibilidade e amabilidade. Ao meu orientador Doutor Carlos Sangreman e à Fátima Proença pela disponibilidade, amizade e apoio incondicional. Sem vocês, esta experiência não tinha existido e eu não seria a pessoa que sou depois desta viagem.

Aos pais e ao mano que acreditam mais em mim do que eu própria e me dão a oportunidade de falhar.

Ao Pedro pelo amor, apoio, paciência e motivação diária.

À Nani, à Tansa e ao Ugo por não me faltarem em nenhum dia, estejam em que partes do mundo estiverem.

À Banda da Quinta do Picado por ser o melhor escape nos momentos de mais pressão.

Aos colegas de Mestrado, em especial à Solange por me incentivar nos momentos mais difíceis.

À Sofia, Carla e Inês da Nails4Us pela constante boa disposição e pela ajuda na conciliação entre a dissertação e o trabalho, da melhor forma possível.

À Lia, ao Ted, ao Max e à Chita.

Por último, e não menos importante, ao Clemente, à Elisa, ao Ernesto, ao Formozinho, ao Gabriel, ao João Vaz, ao Umaro, ao Vitorino, ao Eliseu, ao Mussá, ao Bainque, ao Yasmine, ao Edmar, ao Júlio, à Ana Teresa Forjaz, à Natália Falé, à Sonia Sanchez, à Paula Fortes, ao Miguel de Barros, à querida Cadija, e em especial ao Luís Vaz Martins. A vossa colaboração e amizade fez com que esta viagem e investigação se tornasse numa das melhores experiências de vida que já tive.

palavras-chave

Sociedade civil; Liga Guineense dos Direitos Humanos; Democratização; Guiné-Bissau; Casa dos Direitos, Direitos humanos; África

resumo

O presente trabalho propõe-se a analisar o caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos na democratização na Guiné-Bissau, através da análise das entrevistas realizadas no país e da observação no terreno. Nesta análise verifica-se que a organização em estudo tem uma participação muito relevante no país africano. O primeiro capítulo desta dissertação de mestrado refere-se ao Estado da Arte, o segundo à contextualização do país e das ONG envolvidas no estudo, o terceiro incide sobre as razões da investigação, as entrevistas e a metodologia adotada. Já o quarto capítulo incide sobre o estudo de caso em questão, transpondo as entrevistas realizadas. O último capítulo refere-se aos resultados e à discussão desses.

keywords

Civil society; Guinean League of Human Rights; Democratization; Guinea-Bissau; House of Rights; Human rights; Africa.

abstract

The present study aims to analyze the case of Guinean League of Human Rights in democratization in Guinea-Bissau, through the analysis of interviews conducted in the country and field observation. In this analysis it appears that the organization under study has a very relevant role in the African country. The first chapter of this dissertation refers to the review of literature; the second to the country's contextualization and NGOs involved in the study; the third focuses on the reasons of this research, the interviews and the methodology adopted. The fourth chapter focuses on the case study, transposing the interviews. The last chapter deals with the results and discussion of this investigation.

Índice

Índice de figuras	iii
Índice de tabela	iv
Lista de abreviaturas	v
Introdução	1
I Capítulo – Estado da Arte	4
1.1. Democracia.....	4
1.1.1. Democracia e democratização em África	7
1.2. Sociedade Civil em África	11
1.2.1. Organizações Não-Governamentais (ONG).....	14
II Capítulo – A LGDH, a ACEP e a Casa dos Direitos na Guiné-Bissau: contexto e explicação.....	18
2.1. Contextualização política da Guiné-Bissau	18
2.2. Liga Guineense dos Direitos Humanos	22
2.3. ACEP	24
2.4. Casa dos Direitos.....	25
III Capítulo – O papel da Liga Guineense dos Direitos Humanos: a perspetiva dos atores	28
3.1. Objetivo geral.....	28
3.2. Metodologia de investigação.....	28
3.3. Estudo de Caso.....	30
3.4. Pesquisa e Análise.....	31
3.5. Entrevistas.....	34
IV Capítulo - Estudo de Caso	38
Nota introdutória.....	38
4.1. Dirigentes	38
4.2. Ativistas.....	44

4.3. Colaboradores.....	49
4.4. Atores externos.....	52
V Capítulo – Resultados e discussão	62
5.1. Caracterização geral.....	62
5.3. Resultados individuais dos Dirigentes	64
5.4. Resultados individuais dos Ativistas	65
5.5. Resultados sobre a Casa dos Direitos	68
5.6. Resultados conjuntos.....	70
5.6.1. Importância da LGDH para os direitos humanos na Guiné-Bissau.....	70
5.6.2. Importância da Casa dos Direitos e entidades estrangeiras para os Direitos Humanos e sociedade civil na Guiné-Bissau.....	71
5.6.3. Democracia ou em fase de democratização?.....	73
5.6.4. Papel da LGDH na democratização na Guiné-Bissau.....	73
5.6.5. Intervenção no futuro	76
5.6.6. Fatos observáveis no terreno	77
Nota conclusiva.....	78
Conclusão	80
Bibliografia	85
ANEXOS	90
Guião de entrevistas	90
Dirigentes	90
Ativistas	90
Colaboradores	91
Atores Externos	92

Índice de figuras

Figura 1- Mapa Administrativo da Guiné-Bissau.....	18
Figura 2 - Na sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos e Casa dos Direitos	23
Figura 3 - Instalações Casa dos Direitos	25
Figura 4 - Uma das portas da antiga prisão na Casa dos Direitos	26
Figura 5 - Entrada da Casa dos Direitos e Sede da LGDH	26
Figura 6 - Inscrição num mural em Bissau.....	29
Figura 7 - Vista da Casa dos Direitos para edifício militar	30
Figura 8 - Durante uma entrevista	32
Figura 9 - Um dos grupos entrevistados na Casa dos Direitos.....	35
Figura 10 - Frase de Amílcar Cabral na fachada da Casa dos Direitos	38
Figura 11 - Centro de Recursos da Casa dos Direitos.....	50
Figura 12 - Mapa: Distribuição geográfica dos ativistas	66

Índice de tabela

Tabela 1 - Caracterização Geral.....	62
Tabela 2 - Grau Académico	62
Tabela 3 - Local de Estudo.....	63
Tabela 4 - Profissão	63
Tabela 5 - Ano de Entrada na LGDH	63
Tabela 6 - Conhecimento sobre a LGDH	64
Tabela 7 - Papel da Sociedade Civil na Guiné-Bissau	65
Tabela 8 - Região onde atua.....	66
Tabela 9 - Participação da sociedade civil na região.....	67
Tabela 10 - Papel como ativista	67
Tabela 11 - O que pode ser feito.....	68
Tabela 12 - Quem frequenta a casa/razões	69
Tabela 13 - Importância da LGDH para os Direitos Humanos.....	71

Lista de abreviaturas

ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

AMIC – Associação dos Amigos das Crianças

CES / NEP – Centro de Estudos Sociais/ Núcleo de Estudos para a Paz

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados Africanos do Oeste

FIDH – Federação Internacional das Ligas dos Direitos Humanos

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

OMCT – Organização Mundial Contra a Tortura

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organizações de Sociedade Civil

PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais na Guiné-Bissau

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLACON-GB – Plataforma de Concertação das ONG

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS – Partido da Renovação Social

PUSD – Partido Unido Social Democrático

RENARC – Rede Nacional de Rádios Comunitárias

RGB – Resistência da Guiné-Bissau - Movimento Bafatá

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WANEP-GB – Movimento Nacional da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, da Rede Oeste-africano para Edificação da Paz

Introdução

A 24 de setembro de 1973 foi reconhecida internacionalmente a independência da Guiné-Bissau. A 10 de setembro de 1974 é reconhecida a independência pelo seu colonizador, Portugal. Esta independência foi conquistada através da luta armada, condição que Amílcar Cabral¹ achava imprescindível para a libertação dos povos, a partir da intransigência do regime colonial em negociar a independência. Desde essa data, têm existido na Guiné-Bissau sucessivos golpes de Estado, instabilidade política, social e económica e constantes violações dos direitos humanos. As primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau realizaram-se em 1994, dando sinais de um passo para a democracia, porém, como Diamond et al. (1997: XIV) explicam, o facto de existirem eleições regulares, livres e justas não assegura a presença de outras dimensões importantes da democracia. Estes autores referem a importância de uma democracia ter certas características como a liberdade individual e de grupo, de pluralismo na sociedade civil e nos partidos políticos, controlo civil sobre o militar, instituições que assegurem a responsabilização, e leis que assegurem um sistema judicial independente e imparcial. Também Fayemi (2009: 104) explica que sem garantias efetivas de liberdades civis, as eleições não constituem a democracia e que além destas são necessárias garantias de direitos civis básicos como a liberdade de expressão, associação e reunião.

A transição democrática neste país africano tem, portanto, ficado aquém do esperado e a intervenção de organizações internacionais e de organizações da sociedade civil (OSC) tem sido inevitável. Como Ambrose (1995: 19) refere, a maior parte dos estudiosos concorda que a transformação política em África será realizada pela sociedade civil. Na mesma linha de ideias, Kew e Oshikoya (2014: 9) defendem que a sociedade civil em África desabrochou e ajudou a liderar a luta para derrubar regimes opressivos e ditadores na marcha em direção à governança democrática. Verifica-se que existem algumas organizações não-governamentais a operar e a colaborar no país para que as organizações da sociedade civil fiquem melhor preparadas para atuar. Consta-se que o papel destas OSC no processo de democratização dos países tem tido um peso importante, quer na prática, quer na bibliografia existente. Para Wiseman (2003: 230) os Estados onde existe uma sociedade civil vibrante, ou onde pode ser rapidamente desenvolvida, são mais propensos a serem capazes de consolidar sistemas democráticos do que aqueles em que a sociedade civil é fraca.

¹In Amílcar Cabral (1974) *Guiné-Bissau - Nação africana forjada na luta Amílcar Cabral*

Esta dissertação de mestrado surge do reconhecimento da necessidade em entender o papel da sociedade civil, no caso particular da Liga Guineense dos Direitos Humanos no processo de democratização na Guiné-Bissau. A questão de investigação é “qual o papel da sociedade civil – caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos – na democratização na Guiné-Bissau?”. Neste momento, além do tema não ter sido abordado, não há literatura disponível relativamente ao papel desta organização, demonstrando a ausência de estudos, análises e reflexões sobre esta. Inclusive, existem poucos dados sobre a sua criação, história, ou dados mais recentes, exceto o último relatório dos direitos humanos de 2010/2012 realizado pela LGDH². É de referir que existe igualmente um relatório de direitos humanos realizado pela LGDH de 2008/2009, porém não foi usado na análise dos dados. Essa condição torna importante esta dissertação pois analisa um caso específico que ainda não foi estudado até à altura convertendo o tema, além de atual, inovador. Tem também como importância o facto de demonstrar uma realidade desconhecida tornando este estudo exploratório. É de frisar que no final desta investigação foi lançado um livro pelo primeiro presidente desta organização e que este menciona a Liga Guineense dos Direitos Humanos relatando como a constituiu e as datas relevantes para a sua criação³.

Para realizar a investigação desloquei-me à Guiné-Bissau durante dez dias, de 23 de novembro de 2013 a 3 de dezembro do mesmo ano. No local foram entrevistados vinte e dois atores que se encontram ligados direta ou indiretamente à Liga Guineense dos Direitos Humanos e à Casa dos Direitos, objetos de estudo desta investigação. Além das entrevistas realizadas houve observação no terreno onde a proximidade do ambiente cultural e político do país permitiu uma melhor compreensão da realidade local e possibilitou que assistisse a situações que não seriam possíveis se tivesse realizado esta investigação somente a partir de Portugal. A decisão de elaborar um estudo de caso prende-se como facto de ser uma investigação com sentido exploratório, permitindo a recolha de informação através da observação direta dos acontecimentos que estão a ser estudados e um contacto direto com as pessoas neles envolvidos. Um poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências como os documentos, artefactos, entrevistas e observações (Yin, 2005: 27). Por estas razões a viagem e o processo de investigação tornaram-se pontos-chave para todo este estudo de caso.

² Pode ser consultado em: <https://drive.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4ZJampEeWZVTVILVlk/edit>

³ Gomes, C. (2014). *Direitos Humanos na Guiné-Bissau*. Chiado Editora

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao Estado da Arte já que para compreender este tema é indispensável definir os conceitos de democracia e democratização, com destaque para os fenómenos na África Subsariana, relacionando-os com os temas de sociedade civil e organizações não-governamentais, analisando o papel de cada um destes. O segundo capítulo refere-se à contextualização política do país, e à descrição das organizações não-governamentais e projetos relacionados com a investigação. Já no terceiro capítulo encontra-se o esclarecimento desta investigação como a contextualização, a explicação das entrevistas, os objetivos gerais da investigação e a metodologia adotada. No quarto capítulo encontram-se as transcrições das respostas das entrevistas realizadas deste estudo de caso. Estas entrevistas estão agrupadas em quatro grupos: dirigentes, ativistas, colaboradores e atores externos de forma a compreender a perspetiva de cada grupo. Já no quinto capítulo encontra-se a análise dos resultados dessas triangulando a informação com a bibliografia disponível, demonstrando os resultados da investigação.

I Capítulo – Estado da Arte

Este capítulo tem como principal objetivo definir os conceitos de democracia, democratização, sociedade civil e organizações não-governamentais adaptados ao contexto do continente africano, com destaque para a África Subsariana. Pretende-se ao mesmo tempo contextualizar estes conceitos de forma a facilitar a compreensão do tema desta investigação, criando uma base sólida e estruturada.

1.1. Democracia

Sendo a democracia um conceito abrangente, as definições deste são variadas e complexas. Para definir democracia importa ter em conta diversas perspetivas de forma a encontrar a definição que melhor se adequa ao contexto desta investigação. Como Held (2006: 1) refere, a história da ideia da democracia é complexa e é marcada por concepções conflituosas existindo vários desacordos.

Tendo em conta definições mais gerais deste conceito, o termo da democracia surge na antiga Grécia onde Pericles incutiu nos atenienses que o patriotismo, civismo e cumprimento das obrigações cívicas de um ser são necessários para o sucesso da democracia (Ambrose, 1995: 17). Nesta altura o conceito convivia com a escravatura e com a discriminação entre “bárbaros e gregos”, tal como outros sistemas, sendo que a maioria das pessoas no planeta sempre foi governada por outro tipo de sistema – em geral variações da monarquia hereditária.

Em 1863, o Presidente Lincoln, utiliza a definição dos primeiros críticos ocidentais, onde a democracia era vista como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Outros veem a democracia não como uma forma de governo, mas como um sistema que permite aos cidadãos controlar aqueles que governam (Ambrose 1995: 16; Williams, 2003: 340). Apenas no século XX este novo sistema se afirma, sendo por isso algo recente apresentando muitas variações. Também na perspetiva de Held (2006: 1), democracia significa uma forma de governo onde, em contradição a monarquias e aristocracias, o povo é que governa. Democracia implica uma comunidade política onde há várias formas de igualdade política entre as pessoas. Mas como Hadenius (1992: 15) alega, a democracia não significa e não pode significar que o povo governa de facto mas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os Homens que os governam.

Porém, o facto de existir uma forma de governo não significa que esse seja apelidado de "democrático". Hadenius (1992: 7) afirma que esse governo deve estar também de acordo com os

princípios centrais da democracia. Assim, este autor define dois requisitos: que a forma de governo seja realizável, e que pareça desejável por razões de princípio.

Para Maclever a democracia “não é uma forma de governar, quer por maioria ou de outra forma, mas principalmente uma maneira de determinar quem deve governar, e em geral, com que objetivo” (Ambrose, 1995: 16). Possuindo uma perspectiva similar à anterior, Schmitter e Karl (1991: 103) definem a democracia como “um sistema de governo em que os governantes são responsabilizados pelas suas ações na esfera pública por parte dos cidadãos que agem indiretamente através da competição em cooperação dos seus representantes eleitos”.

Outra perspectiva sobre a democracia é a de Linz. Este caracteriza-a como uma competição livre pelo poder, que implica uma lista de liberdades e direitos onde os cidadãos não os têm noutra sistema político (Linz, 1997: 418). Este autor alega que a democracia cria e legitima o poder mas também limita o poder do governo em tempo, isto é, um tempo limitado entre eleições. Este sistema político para Linz (1997: 419) não permite (exceto por consentimento) a perpetuação no poder; permite que os derrotados tenham esperança de ganhar na próxima vez (sendo um problema para as minorias, como minorias étnicas, religiosas, linguísticas que têm pouca esperança de se tornar maiorias, convencendo a maioria a apoiá-las). Também assegura, a menos que o poder seja usado para destruir a liberdade e a democracia, a possibilidade de responsabilizar os responsáveis pela má governação e expulsando-os de forma pacífica do poder no final do seu mandato. Linz declara que a democracia talvez não seja o governo pelo povo ou para o povo, mas sim o governo responsável em intervalos regulares para o povo. Para analisar as diferenças entre democracias, Linz (1997: 420) apresenta vários critérios: paz civil, redução da violência política, liberdades civis básicas, limites temporais do poder, possibilidade de prestação de contas e margem de tolerância para o fracasso do governo.

Numa definição mais limitada deste conceito encontra-se a de Samuel Huntington. Este autor define democracia como um sistema política onde os “os decisores políticos coletivos mais poderosos são selecionados através de eleições justas, honestas e frequentes em que os candidatos competem pelos votos livremente e onde toda a população adulta é elegível para votar (Huntington, 1991: 7). Mas Sen (2001: 10) diz que além de eleições também é necessário existir a proteção dos direitos e liberdades, respeito pelos direitos legais, e a garantia da discussão livre e sem censura de distribuição de notícias e comentários justos.

Já Fayemi (2009: 104) defende que as ideias sobre democracia podem ser divididas em dois grupos: minimalistas e maximalistas. Alguns dos pensadores minimalistas são Adam Przeworski, Joseph Schumpeter, Karl Popper, William Riker, e Russel Hardin. Nesta perspectiva minimalista surge a definição de Joseph Schumpeter onde este considera que a democracia é um sistema para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir, por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo atual (Diamond, 2003: 31). Já Popper (1963: 472) vê a democracia como um sistema em que o governo pode ser substituído por outro, sem derramamento de sangue, o que para ele indica eleições. Este autor rejeita o conceito de soberania em favor de eleições, afirmando que as imperfeições e incertezas das eleições são preferíveis à perspectiva de tirania encontrada dentro da soberania. Przeworski (1999: 43) define esta democracia minimalista como um sistema onde os partidos perdem eleições. Porém, defende também que as eleições sozinhas não são suficientes para resolver conflitos e que esta ideia minimalista da democracia não atenua a necessidade do pensamento sobre o desenho institucional (Przeworski, 2003: 16).

Do outro lado estão os pensadores maximalistas como Robert Dahl e Larry Diamond. Esta perspectiva maximalista, como Fayemi (2009: 104) explica, diz que sem garantias efetivas de liberdades civis, as eleições não constituem a democracia e que além destas são necessárias garantias de direitos civis básicos como a liberdade de expressão, associação e reunião. Os autores desta perspectiva identificam outras características que devem estar presentes para constituir uma democracia. Diamond, Linz e Lipset veem a democracia como uma “concorrência significativa e extensa para os cargos de poder do governo por meio de eleições periódicas, livres e justas, inclusive a participação política na eleição de líderes e políticas, de modo que nenhum grande grupo social seja impedido de exercer os direitos de cidadania. Liberdades civis e políticas garantidas pela igualdade política sob um Estado de Direito, o suficiente para garantir que os cidadãos possam desenvolver e defender os seus pontos de vista e os interesses e contestar políticas e *offices*” (Williams, 2003: 340). Para Diamond (2003: 29) se se pensar na democracia como um governo do povo, como um sistema que escolhe o governo através de eleições livres e competição eleitoral justa em intervalos de tempo regulares, os governos democráticos escolhidos desta maneira geralmente são melhores que os que são o oposto. Na opinião de Robert Dahl (1971: 221) existem três condições essenciais ao bom funcionamento da democracia multipartidária: a) grande competição por candidatos políticos e grupos ou partidos; b) participação política que oferece escolha ao eleitorado para selecionar candidatos em eleições

livres e justas, e, c) liberdades civis e políticas que permitam aos cidadãos de se expressar sem medo de punição.

Independentemente da forma como a democracia é definida Linz (1997: 418) diz que a democracia substitui balas por votos. Este sistema político, na sua visão, previne qualquer tentativa de permanecer no poder além do tempo em que os eleitores devem voltar a fazer uma nova escolha sobre quem os deve governar. Infelizmente, como o autor refere, por vezes tende-se a tomar isso como certo, mas em muitas partes do mundo, para a maioria das pessoas, isso é uma conquista real. África surge num contexto controverso no que toca à democracia. A presente investigação foca-se na Guiné-Bissau, país este da África Subsariana, caracterizado pela instabilidade política e dificuldade no processo de democratização. Importa, então, perceber a democracia e a democratização no contexto africano com destaque na África Subsariana.

1.1.1. Democracia e democratização em África

A relação entre democracia e democratização em África é substancial pois o estudo sobre a democracia no continente está diretamente ligado com as vagas de democratização. Desde os finais dos anos 80 que a mudança para a democracia tem sido o desenvolvimento político mais importante para a África Subsariana, e tem afetado todos os países na região (Wiseman, 2003: I).

No contexto Africano, as opiniões sobre como definir o conceito de democracia variam relativamente à definição mais geral. Como Marcus et al. (2001: 114) alegam, a base do conhecimento da democracia, e das suas categorias resultantes e variáveis, é baseada em definições ocidentais. O autor refere que tem sido dada pouca atenção à forma como as pessoas em África conceptualizam a democracia. Já para Williams (2003: 343) não é possível chegar a um acordo na definição de democracia pois além de ser um conceito contestado, este afirma que se deve discutir as implicações da democracia no contexto africano.

Ambrose (1995: 16) diz que, na sua opinião, a democracia em África pode ser definida como um sistema de governança que permite às pessoas eleger livremente os seus líderes e responsabiliza-los, permitindo a oportunidade à grande parte das pessoas para usar o seu potencial humano para sobreviver em dignidade. Grande parte dos africanos, como diz o autor, precisam de melhorias nas suas vidas e, para este, isso só é possível vindo da sua capacidade para fazer exigências sobre os seus líderes. Também Bratton et al. (2005: 85) dizem que os liberais

democratas acolhem a ideia de que muitos africanos definem a democracia em termos dos direitos humanos universais.

Marcus et al. (2001: 114) alega que a história da democracia sugere que economias fortes, instituições flexíveis, mas duradouras, o respeito pelos direitos humanos de expressão e de associação, as expectativas generalizadas de eleições transparentes e métodos de superação de pluralismo excessivo são importantes para a manutenção da democracia. Mas que é necessário ter em atenção estas variáveis pois também podem induzir que a perspetivada democracia em África é pobre e que provavelmente continuará assim no futuro próximo.

Para Rudebeck (1997: 76) democracia é uma forma de governo que garante partes iguais no exercício do poder dentro de uma determinada sociedade para todos os cidadãos adultos e que respeita simultaneamente a integridade dos grupos minoritários e individuais. Democratização seria, então, um processo de trazer uma sociedade mais perto deste Estado ideal. O mesmo autor afirma que nos processos recentes de democratização, os componentes básicos (sufrágio universal e direitos civis) do processo têm ocorrido de forma inversa. Isto é, os aspetos democráticos do constitucionalismo foram introduzidos de cima, apesar do facto da sociedade como um todo ter vindo a ser marcada por uma soberania popular limitada, portanto, a democracia ainda não está enraizada. Exemplo disto é o caso da Guiné-Bissau, país escolhido para esta investigação.

A democratização em África surge na caracterizada terceira vaga de democratização. Esta vaga começa com a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974. Huntington (2003: 93) identifica cinco fatores que, na opinião dele, contribuíram para esta terceira onda de democratização: 1) o aprofundamento dos problemas de legitimidade dos regimes autoritários num mundo onde os valores democráticos foram amplamente aceites, a consequente dependência desses regimes sobre o seu bom desempenho, e a sua incapacidade de manter a legitimidade devido ao fracasso económico (e por vezes militar); 2) o crescimento sem precedentes da economia global nos anos 60, que elevou os padrões de vida, aumentou o nível de educação e expandiu a classe média urbana em muitos países; 3) uma mudança marcante na doutrina e atividades da Igreja Católica, que se manifesta no Concílio do Vaticano de 1963-1965, e a transformação das igrejas católicas nacionais de defensores do *status quo* para opositores do autoritarismo; 4) mudanças nas políticas dos atores externos, principalmente a Comunidade Europeia, os Estados Unidos e a União Soviética; 5) *Snowballing* (feito de bola de neve), ou o efeito de demonstração de

transições anteriores na terceira onda em estimular e fornecer modelos para os esforços subsequentes de democratização.

Contudo, Diamond et al. (1997: XIV) opinam que esta onda de democratização, examinada ao pormenor é uma ilusão, pois o facto de existirem eleições regulares, livres e justas não assegura a presença de outras dimensões importantes da democracia. Estes autores referem a importância da necessidade de uma democracia ter certas características (liberdade individual e de grupo, pluralismo na sociedade civil e nos partidos políticos, controlo civil sobre o militar, instituições que assegurem a responsabilização, e leis que assegurem um sistema judicial independente e imparcial).

Para Welzel (2009: 74-75) a democratização pode ser entendida de três formas diferentes. Por um lado, é a introdução da democracia em um regime não-democrático. Em seguida, como o aprofundamento das qualidades democráticas de determinadas democracias. Finalmente, a democratização envolve a questão da sobrevivência da democracia. O surgimento, o aprofundamento e a sobrevivência da democracia, para este autor, são aspetos distintos da democratização mas fundem-se na questão da democratização sustentável. Ou seja, o surgimento de democracias que se desenvolvem e duram. A democratização é sustentável na medida em que se avança em resposta a pressões de dentro de uma sociedade.

A democratização é definida por Nwolise como “o processo de transformação de um grupo, comunidade ou Estado numa entidade democrática” (Ambrose, 1995: 19). Também é apresentada por este autor uma definição de um grupo de estudiosos africanos: “um processo sistemático de mudança na instituição política e um processo baseado nos valores da democracia”. Para Barkan (1997: 389) a democratização é fundamentalmente um processo de desenvolvimento institucional e de socialização política, e não a ocorrência ou não ocorrência de eventos únicos.

Samarasinghe (1994: 14) define a democratização como um processo de mudança política que move o sistema político de qualquer sociedade no sentido de um sistema de governo que garante a participação política pacífica competitiva num ambiente que garante liberdades políticas e civis. Este é um conceito que capta a qualidade dinâmica de evolução democrática em qualquer sociedade, mas especialmente nos países em desenvolvimento.

Fayemi (2009: 102) explica que as forças que levaram à democratização em África eram tanto internas quanto externas. Internamente foi ocasionada por falhas de desenvolvimento de muitos países africanos na década de 1980, e, em particular, as realizações mistas e escassas no âmbito dos programas de ajustamento estrutural. Esta procura de uma melhor governação levou ao surgimento de movimentos pró-democracia nos países africanos, o que resultou em agitação popular concertada para a mudança. De facto, o fim da ex-URSS em 1989 faz emergir o critério da “boa governação” Na frente externa, houve sérias preocupações de agências internacionais e países doadores sobre os regimes autocráticos em muitos Estados africanos. A pressão da ação internacional pela liberdade universal humana e da vida com dignidade, juntamente com promessas de melhoria das relações bilaterais para os Estados não ditatoriais, estimulou a unidade interna para a democratização em África. Também o fim dos blocos que secundarizaram a importância dos regimes políticos. No entanto, esta tendência de democratização a tomar forma em muitos países da África, paradoxalmente, ainda não produziu o resultado esperado de transformação social, como casos de guerra civil, genocídio, a pobreza, a corrupção, a insegurança, entre outros ainda pontilham o caminho de muitos Estados africanos.

Na perspectiva de Linz e Stepan (2001: 94) nenhum regime deveria ser chamado de uma democracia a menos que os seus governantes governem democraticamente. Se os governos eleitos livremente (não importa a magnitude da sua maioria) violam a constituição, violam os direitos dos indivíduos e das minorias, incidem sobre as funções legítimas do legislativo e, assim, deixam de governar dentro dos limites de um Estado de direito, os seus regimes não são democracias. Verifica-se, portanto, que o processo democrático no contexto africano tem sido demorado, e Ambrose (1995: 27) apresenta cinco razões que podem estar na base para a impossibilidade ou dificuldade dos países africanos procederem à transição democrática. Essas cinco razões são da autoria de Samuel Huntington:

- A falta de experiência com a democracia nos países que viveram sob um regime autoritário.
- A falta de um compromisso real para com os valores democráticos por parte dos líderes políticos.
- Resistência dos governantes autoritários de longa data a aceitar reformas democráticas.
- Valores culturais inerentes a uma religião como o Islão.
- Pobreza

Outros problemas na democratização em África, apontados por Ambrose (1995: 146) são a corrupção e a instabilidade que criam diversos entraves ao estabelecimento e manutenção da democracia.

Na perspectiva de Lijphart (1999) ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela do Estado, ter partidos políticos representativos e ver desenvolvida a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa de governo é importante para a democracia e democratização dos países. Por essa razão é necessário compreender a importância da sociedade civil nos países.

1.2. Sociedade Civil em África

Para compreender a literatura relativamente à sociedade civil em África, em especial na África Subsariana, é importante reconhecê-la no seu contexto mais geral. As suas definições, o que a caracteriza e os elementos que fazem parte desta são fundamentais para a analisar.

Num contexto mais geral, a definição apresentada por Thomson (2010: 5) é que a sociedade civil pode ser definida como a organização que surge da associação voluntária no seio da sociedade, encontradas entre a família e o Estado. Exemplos destes incluem organizações profissionais, sindicatos, associações comerciais, grupos de mulheres, conjuntos de igrejas, empresas, campanhas de interesse especial, grupos comunitários, e assim por diante, até o desporto e clubes sociais. Neste sentido, qualquer grupo organizado para além da família, mas que não faça parte do aparelho do Estado, pode ser definida como parte da sociedade civil. Também para Samarasinghe (1994: 13), de forma à democracia prosperar, as instituições da sociedade civil devem ser autónomas do Estado.

Para Schmitter (1997: 240) a sociedade civil pode ser definida como um conjunto ou sistema de grupos intermediários auto-organizados que 1) são relativamente independentes das autoridades públicas e unidades privadas de produção e reprodução, ou seja, das empresas e das famílias, 2) são capazes de deliberar sobre e tomada de ações coletivas em defesa ou promoção dos seus interesses ou paixões; 3) não procuram substituir os agentes, quer estatais ou (re) produtores privados ou aceitar a responsabilidade de governar a comunidade política como um todo, e 4) concordam em agir dentro das regras pré-estabelecidas de natureza "civil", ou seja, transmitindo respeito mútuo.

Para Newton (2001: 201), as organizações da sociedade civil são uma densa rede de associações de voluntários e organizações cidadãs que ajudam a sustentar as relações com a comunidade de uma forma que gera confiança e cooperação entre os cidadãos e um nível elevado de compromisso cívico e participativo. Para este autor, as organizações da sociedade civil criam condições para a integração social, consciência pública e ação, e para a estabilidade democrática.

Para Wiseman (2003: 230) os Estados onde existe uma sociedade civil vibrante, ou onde pode ser rapidamente desenvolvida, são mais propensos a serem capazes de consolidar sistemas democráticos do que aqueles em que a sociedade civil é fraca. Contudo, como Samarasinghe (1994: 13) diz, a sociedade civil é uma condição necessária mas não suficiente para a democracia.

Porém, no contexto africano, há uma necessidade de diferenciar as definições de sociedade civil na medida em que o contexto que a influencia é diferente. Ndegwa (2001: 20) diz que se pode definir a sociedade civil como uma esfera pública de atividade formal ou informal, uma atividade coletiva autónoma mas reconhecendo a existência legítima do Estado. Esta definição para este autor permite a inclusão de uma ampla gama de atividade política, seja de longa data ou muito recente. É também compatível com a ampla tradição do uso do conceito no Ocidente.

Na perspetiva de análise da sociedade civil em África, como Monga (1996: 98) refere, não se pode definir a sociedade civil africana sem referir as peculiaridades ou o contexto em que esta surge. É de referir o início do período pós-colonial como um marco para a ascendência das sociedades civis africanas. Assim, para Thomson (2010: 276), as organizações da sociedade civil neste período, eram muito mais vibrantes que nos países parceiros (maioritariamente europeus). Os laços étnicos, por exemplo, foram, talvez, os laços sociais mais fortes que podem ser encontrados neste continente. Durante o período colonial, a sociedade civil tornou-se mais coerente e foram um meio poderoso para a mobilização política ao longo dos anos de independência. Da mesma forma, foi a sociedade civil, que realmente derrubou o Estado colonial. As atividades associativas entre os grupos étnico-regionais, sindicatos, associações profissionais e organizações comunitárias tinham tudo articulado para fazer os movimentos nacionalistas das forças poderosas que eram. A descolonização, segundo este autor, foi em grande parte um caso de africanos a agir coletivamente para derrubar os poderosos impérios europeus que os governaram durante pelo menos os 70 anos anteriores. No lado oposto a esta sociedade civil forte, encontrava-se um Estado fraco. A herança colonial, como Thomson (2010: 276) diz, deixou-

os com fronteiras arbitrárias na medida em que as fronteiras foram desenhadas à régua, refletindo os interesses europeus e não os africanos, dividindo inclusive algumas comunidades tradicionais entre os diferentes Estados-nação. Isto e a autocracia que se instaurou levou a que não existissem mecanismos constitucionais para derrubar os autocratas e a que a sociedade civil fosse excluída do processo político. Muitas vezes era o poder militar que mais beneficiara destes conflitos internos. Utilizando o seu acesso aos recursos de violência para encenar golpes de Estado, e em numerosas ocasiões o exército capturou o próprio Estado. A sociedade civil, agora em grande parte separada da arena política formal, ficou de lado e foi forçada a aceitar a liderança de qualquer elite do Estado que esteja em ascensão. Embora os Estados sejam fracos e tenham dificuldade em controlar os cidadãos e o território, a própria sociedade civil ainda não possui a energia suficiente para derrubar a elite dominante. Todavia, os países africanos, quer os do Norte, quer a África Subsariana, decidiram continuar com essas fronteiras depois da independência pois tiveram consciência que os processos de redefinição seriam muito conflituosos, assumindo os custos sociais, políticos e económicos.

Kew e Oshikoya (2014: 9) citam Jackson e Rosberg (1982) explicando que desde o final dos anos 90 a eficácia da sociedade civil na consolidação da liberalização política e crescimento económico em África tem sido muito debatida. Estes autores alegam que uma das preocupações mais comuns é que o Estado em África arruína o crescimento da sociedade civil e é a principal causa de sua fraqueza. Estes autores ressaltam que a natureza frágil das instituições do Estado na África Subsaariana levou à instabilidade política, onde os sucessivos políticos tentaram controlar a participação política da sua população através das suas sociedades que são tão etnicamente diversas. Este desejo de controlo alimentou regimes repressivos que limitam a vida associativa visando as estruturas de governança do Estado.

Contudo, Ambrose (1995: 19) refere que a maior parte dos estudiosos concorda que a transformação política em África será realizada pela sociedade civil. Na mesma linha de ideias, Kew e Oshikoya (2014: 9) defendem que a sociedade civil em África desabrochou e ajudou a liderar a luta para derrubar regimes opressivos e ditadores na marcha em direção à governança democrática. O aumento da importância e crescimento de associações voluntárias, sindicatos, igrejas e instituições não-governamentais indígenas tiveram um papel importante na pressão sobre os governos a realizar a reforma política. Porém, Diamond (2008: 1) observa que muitos dos movimentos de liberalização política da década de 1990 têm sido sufocados por um autoritarismo mais recente que levou à criação de instituições estatais e burocráticas corruptas e ineficazes, um

fenómeno que ele rotula de “a reversão democrática”. Diamond (2008) argumenta que o Estado em África não foi capaz de institucionalizar os princípios de governação democrática, na medida em que os cidadãos já se retiraram do Estado. Assim, para este autor, as organizações da sociedade civil tornaram-se importantes por desempenharem o papel de provedor de serviços, onde o Estado é incapaz de o fazer, preenchendo um espaço importante entre os cidadãos e o Estado.

E Diamond conclui que a sociedade civil é um “fator extremamente importante em todas as fases do processo de democratização” (Ambrose, 1995: 19-20) e que a construção de instituições e processos democráticos em regimes autoritários em África devem ter “fortes raízes nas comunidades locais, participação significativa dos membros, processos internos relativamente democráticas e estruturas, e autonomia substancial do Estado” (Ambrose, 1995: 19-20).

Ambrose (1995: 20) explica que para isso os grupos da sociedade civil devem apresentar *input* no sistema de forma a assegurar que a democracia proporciona justiça social. O que em África é complicado pois existe uma elevada taxa de analfabetismo, e a maioria é devastada pela pobreza, doença e desespero. Consequentemente, segundo este autor, os que criam *input* no sistema político são as elites que utilizam as massas para conquistar o poder para satisfazer os seus próprios interesses. Ambrose (1995: 20) explica que, habitualmente, os líderes africanos não estão em contato com as pessoas da aldeia, e os governantes tradicionais desempenham um papel significativo no processo político. No entanto, muitos dos líderes tradicionais, corrompidos pelos líderes políticos, exercem indevidamente a sua influência sobre a população.

1.2.1. Organizações Não-Governamentais (ONG)

No contexto desta investigação importa compreender um elemento em particular da sociedade civil – as Organizações Não-Governamentais (ONG). É relevante analisar na bibliografia existente a sua importância no contexto geral e no africano, o que estas fazem, os seus desafios, potencialidades e fragilidades, assim como algumas definições.

Assim, as ONG podem ser consideradas um subconjunto dentro do terceiro setor. Para Lewis (2005: 36) há duas vertentes principais nas tentativas de definir as organizações não-governamentais. O primeiro é uma definição mais geral e ao nível legal onde “as ONG são grupos de indivíduos organizados com infinitas razões que envolvem a imaginação humana e aspiração” (Charnovitz, 1997: 185). Na perspetiva deste autor, esta definição sugere que estas organizações

desempenham um papel internacional quer seja na área ambiental, de direitos humanos ou de desastres, e esta definição, para Lewis (2005: 36) pode ser a definição de ONG para as relações internacionais. A outra vertente de definição, mostrada por este autor, é que as ONG são organizações interessadas num sentido de mudança social ou económica – uma agenda normalmente associada ao conceito de desenvolvimento. Isto enfatiza o termo ONG, como uma agência envolvida no desenvolvimento ou trabalho de assistência a nível local, nacional e internacional. Aqui, as ONG podem ser contrastadas com outros tipos de organizações do terceiro setor ou entidades não-governamentais, tais como aqueles envolvidos em desporto, lazer ou atividades de artes, ou aqueles que representam as associações de negócios ou profissionais liberais.

Já Salamon e Anheier (1992) mostram que a maioria das definições de organizações sem fins lucrativos têm sido ao nível legal (com foco no tipo de registo formal e estatuto das organizações em diferentes contextos nacionais), económico (em termos de fonte de recursos da organização) ou funcional (com base no tipo de atividades desenvolvidas pela organização). Estes autores desenvolveram então uma definição a que chama de estrutural/operacional para o setor de sem fins lucrativos, que se baseiam nas características observáveis de uma organização. Em Lewis (2005: 37) lê-se as cinco principais características: 1) formal, isto é, a organização está institucionalizada, há reuniões regulares, funcionários e alguma permanência organizacional; 2) é privada na medida em que é institucionalmente separada do governo, embora possa receber algum apoio do governo; 3) é de distribuição sem fins lucrativos, e se existir algum excedente financeiro não é para pagar aos proprietários ou diretores; 4) é autónomo e, portanto, capaz de controlar e gerir os seus próprios assuntos e, finalmente, 5) é voluntária, e mesmo que não exista uma equipa de voluntários há pelo menos algum grau de participação voluntária na condução ou gestão da organização. Contudo, Lewis (2005: 37) reconhece que esta definição tem algumas limitações na medida em que exclui algumas associações comunitárias de pequena escala também relevantes.

As tentativas de definir as ONG surgem também num contexto em que estas começam a ter alguma relevância. Lewis (2005: 31) explica que a nível internacional, existem algumas razões que podem explicar a ascensão das ONG na governança internacional. Charnovitz (1997) enumera quatro conjuntos de razões: 1) o crescimento da negociação intergovernamental em torno da política interna provocada pela integração da economia mundial, 2) o fim da Guerra Fria, que removeu a polarização da política global em torno das duas superpotências, 3) a emergência de

um sistema de *media* global que fornece uma plataforma para as ONG expressarem os seus pontos de vista, e 4) a disseminação de normas democráticas, que podem ter aumentado as expectativas do público sobre a participação e a transparência na tomada de decisões.

Para Lewis (2005: 31) as ONG apelam a todos os partidos no espectro político. Para os liberais, as ONG ajudam a equilibrar os interesses do Estado e de negócios e a prevenir abusos do poder desses setores. Para os neoliberais, as ONG fazem parte do setor privado e fornecem veículos para o aumento das funções de mercado e promovem a causa da privatização através da ação privada “sem fins lucrativos”. Finalmente, para a esquerda, as ONG prometem uma “nova política”, que oferece a possibilidade de transformação social, mas apresenta uma alternativa para estratégias radicais anteriores para capturar o poder do Estado e centralização (Clarke, 1998).

Estas organizações têm diversas funções e atividades que lhes confere vantagens. Como Sá (2010: 48-49) declara, as ONG têm um papel importante no processo de luta contra a pobreza e têm diversas vantagens comparativas como: a forte dinâmica organizacional, a grande capacidade de ação e intervenção, o bom conhecimento do terreno de intervenção, a capacidade de conceber e programar estratégias apropriadas aos contextos, e um capital de confiança e de colaboração com os outros componentes da sociedade civil. Sá (2010: 49) declara também que estas “têm sido parceiras valiosas do governo, nas áreas de intervenção de base e de redução da pobreza nas camadas desfavorecidas”.

De acordo com Marcinkutė (2011: 55) as ONG tentam prevenir os abusos dos direitos humanos e proteger os direitos humanos das violações desses por parte dos governos e outros atores, atuando de diferentes maneiras. Estas desempenham o papel de colaboradores na criação das normas de direitos humanos. Também para Dorsey e Nelson (2003: 2015) as ONG dos direitos humanos articulam as agendas e missões em termos de reforço das normas internacionais de direitos humanos e tentam proteger e implementá-los. Trabalham muitas vezes em parceria com a ONU e com outras ONG de direitos humanos e têm como alvo os governos. As suas fontes financeiras são os doadores privados e fundações. As ONG, de acordo com Marcinkutė (2011: 56) também controlam se os Estados cumprem as suas obrigações ao abrigo da legislação de direitos humanos. Esse acompanhamento ajuda a recolher dados sobre a situação dos direitos humanos a nível nacional e internacional e destacar todos os problemas. Estas ONG estão envolvidas na conciliação e mediação de processos. Geralmente agem como intermediários politicamente

neutros (Marcinkutė, 2011: 56). Williams (2003: 346) também menciona o facto de as ONG colaborarem com os departamentos dos governos para atingir os objetivos.

Contudo, não existem só pontos positivos. Para Barros et. al. (2006: 29) uma das fragilidades das ONG desde o seu aparecimento é o facto de estas dependerem em quase 98% do apoio externo, por essa razão, a sua debilidade financeira, “resulta da fraca capacidade de auto financiamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno”. Também de acordo com Williams (2003: 346), a oferta de salários atrativos para os colaboradores nas ONG em África, nos anos 80, fez com que os fundadores externos promovessem as ONG como uma alternativa à prestação de serviços, independente do Estado, mas tornou-as dependentes dos patrocínios estrangeiros.

Marcinkutė (2011: 60) refere também duas situações em que a pressão para a defesa dos direitos humanos por parte das ONG pode trazer efeitos contrários ao esperado. Em alguns casos, pressionar os governos a ratificar os tratados internacionais de direitos humanos pode levar a um efeito contrário ao que se esperava. Alguns países, especialmente os regimes autoritários, podem ratificar os tratados de direitos humanos, mas eles “não só podem sair com contínuas violações dos direitos humanos, mas às vezes pode até mesmo acelerar as violações na crença de que o gesto nominal de ratificação do tratado vai protegê-los um pouco de pressão” (Marcinkutė, 2011: 60). Além disso, há uma ameaça de que os adversários políticos do governo podem tentar usar ONG de direitos humanos para os seus fins “alimentando a notícia das ONG sobre supostas atrocidades por parte do governo, que pode realmente nunca ter ocorrido” (Marcinkutė, 2011: 60). A outra ameaça, apresentada pela autora, é o ponto de vista dos países economicamente menos desenvolvidos, que não têm um carácter democrático e geralmente tornam-se alvo de críticas em relação a situação dos direitos humanos.

Todavia, as ONG têm sido cruciais no desenvolvimento dos países e na defesa dos direitos humanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estas, segundo Baehr (2009: 123), avançaram com as principais ideias para os tratados sobre os direitos humanos e continuam a exercer pressão sobre os governos para os lembrar dos seus compromissos. O autor afirma que sem as ONG os direitos humanos não teriam entrado nas agendas internacionais.

II Capítulo – A LGDH, a ACEP e a Casa dos Direitos na Guiné-Bissau: contexto e explicação

2.1. Contextualização política da Guiné-Bissau

Para entender esta dissertação é fulcral conhecer minimamente a organização administrativa e a história política da Guiné-Bissau. Por essa razão, explicar-se-á algumas datas importantes no processo longo e demorado de democratização na Guiné-Bissau de forma a compreender a importância da herança história do país e a sua organização.



Figura 1- Mapa Administrativo da Guiné-Bissau

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>

A Guiné-Bissau está dividida administrativamente em oito regiões e um setor autónomo. As regiões são Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e o setor autónomo de Bissau, a capital do país. Estas regiões estão por sua vez divididas em trinta e seis

setores no total e estes em secções, compostas por tabancas⁴. Segundo o Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau⁵ as administrações regionais e setoriais dispõem de escassos recursos para o seu financiamento, principalmente recursos materiais e humanos.

Para compreender a situação política atual na Guiné-Bissau importa conhecer o seu passado fazendo um breve resumo sobre os factos mais marcantes da vida política guineense. É de mencionar que logo nos primeiros anos pós independência, o Estado da Guiné-Bissau viu-se envolvido em diversos conflitos internos. Após a morte de Amílcar Cabral⁶, o seu irmão, Luís Cabral torna-se presidente do maior partido deste país, o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), e por sua vez torna-se Presidente da República, entre 1974 e 1980⁷. A 14 de novembro de 1980, João Bernardo (“Nino”) Vieira, político e militar guineense, força um golpe que termina com a relação com Cabo Verde, formando este país um novo partido, com novo nome, terminando a relação do PAIGC com Cabo Verde, e Nino Vieira torna-se Presidente da República após este golpe.

Nos anos que se seguem o país tende a modernizar as forças armadas e o armamento militar e a descurar os pagamentos dos salários. Levando, como afirma Ferreira (2004: 46), ao surgimento de conflitos violentos. Com isto, a Guiné vê-se a 7 de junho de 1998 com o início de uma guerra civil que duraria nove meses deixando o país num caos. Foi então necessária a intervenção de organismos internacionais para formar um governo de união nacional cumprindo certos acordos com as entidades externas. Porém, mais uma vez, surgem conflitos entre o presidente e os militares e após alguns encontros entre Nino Vieira e Ansumane Mané (militar do PAIGC e chefe da junta militar da Guiné-Bissau), o primeiro demite-se. Fica então no poder Francisco Fadul, político guineense que liderou o PUSD (Partido Unido Social Democrático), no governo de transição, e emerge uma melhoria na situação política. As verbas acordadas com as entidades internacionais que iriam para o país não chegaram por completo causando indignação e revolta, e conseqüentemente o falhanço dos programas governamentais para o país.

⁴ Termo utilizado para povoação ou localidade na Guiné-Bissau

⁵ in http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm

⁶ Amílcar Cabral nasceu a 12 de setembro de 1924 e foi um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. É visto como o pai da Guiné-Bissau. Foi assassinado a 20 de janeiro de 1973.

⁷ Até 1980 a Guiné-Bissau e Cabo Verde formaram um único Estado de acordo com o pensamento de Amílcar Cabral.

Em 1999 Kumbaialá, político guineense, e o Partido da Renovação Social (PRS) sobem ao poder através de eleições supervisionadas pela comunidade internacional. Todavia, devido aos conflitos entre a junta militar e o governo, estes levam ao assassinato de Ansumane Mané a novembro de 2000. Nesta fase de governação surgem problemas internos entre os partidos PRS e RGB - Movimento Bafatá, como a constante mudança de ministros e de oficiais. Ferreira (2004: 47) diz que isto enfraqueceu a estabilidade e legitimidade do governo recém-formado culminando no colapso da coligação.

No período seguinte entre abril e maio de 2001 o país existe sem um governo devido aos problemas frequentes entre os setores legislativos e executivos da administração, explica Ferreira (2004: 47). Em 2001 surgem diversos golpes de estado falhados demonstrando as fragilidades do processo de democratização da Guiné-Bissau.

Em 2002 o país vive descontente com Kumbaialá manifestando-se através de protestos em Bissau. Nesta fase a comunidade internacional começa a retirar os apoios e emerge a importância das diferentes etnias nos conflitos. Existe por esta fase uma constante violação dos direitos humanos causando ainda mais instabilidade, como limitação do acesso a jornais, encerramento de estações de rádio e proibição de transmissões televisivas. A 14 de novembro de 2002 Kumbaialá dissolve a Assembleia Nacional refletindo então a fraqueza das instituições (Ferreira, 2004: 47).

Convocadas eleições antecipadas de forma a sair daquela crise, estas são sempre adiadas. O primeiro-ministro, Mário Pires, declara que uma vitória eleitoral para a oposição resultaria numa guerra civil, deixando claro, segundo observadores mencionados por Ferreira (2004: 48), que o seu partido se recusaria a abandonar o poder. A mesma autora diz que houve rumores de que foram distribuídas armas à população e que os jovens Balantas estavam a ser recrutados para as forças armadas. Kumbaialá atribui uma maior classificação ao comando militar, e a autora menciona que foi interpretado como uma forma de ganhar a confiança militar que havia perdido.

Nesta fase histórica da Guiné-Bissau acontece o golpe de Estado de 2003, pelo General Veríssimo Correia Seabra. O golpe é reconhecido pelo secretário-geral da ONU como uma resposta às violações das normas democráticas e a uma situação insuportável, mas que era necessário um governo eleito democraticamente numa situação de pós-conflito (Ferreira, 2004: 49). Esta autora explica os passos que se seguiram. Reuniram-se, após o golpe de estado, partidos

políticos, uniões sindicais, representantes religiosos e as forças armadas para definir os termos do governo de transição. O representante da CPLP (o embaixador do Brasil na Guiné-Bissau), representantes da ONU e uma delegação ministerial da ECOWAS também estiveram presentes e, por conseguinte, acordaram a formação de governo de transição.

Em setembro desse ano Kumbaialá retira-se para permitir a nomeação de um governo civil. Veríssimo Correia Seabra fica temporariamente como presidente interino e após isso é nomeado Henrique Rosa, político e empresário guineense, também para presidente interino. As eleições legislativas seriam a 28 de março de 2004 e as presidenciais a 28 de março de 2005. Ferreira (2004: 49) diz que o ambiente e diálogo entre as frações políticas e militares tornaram-se tensas pois os que estavam envolvidos no golpe militar sugeriram Artur Sanhá, político guineense, para primeiro-ministro interino, levando a protestos.

As eleições tinham as condições necessárias para correrem bem, porém, houve algumas irregularidades. Ferreira (2004: 50) menciona que algumas pessoas foram ameaçadas se votassem num certo partido, o primeiro-ministro e o chefe da polícia foram vistos a transportar boletins de voto, alguns partidos compraram votos a troco de sacos de arroz, havia rumores de que alguns boletins foram usados para votar mais que uma vez. No entanto, os observadores externos consideraram ser uma eleição positiva. Ganhou o PAIGC, o partido do fundador Amílcar Cabral, mas sem maioria absoluta tendo de fazer alianças com outros partidos da oposição, sendo Carlos Gomes Júnior o primeiro-ministro.

A 6 de outubro de 2004 assassinam Veríssimo Correia Seabra, chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas. Segundo Sá (2010: 37) foram apontadas as reivindicações salariais por parte das tropas como razão para tal atrocidade.

Em 2007, no mês de janeiro, Lamine Sanha, chefe de Estado Maior Naval da Guiné-Bissau, é também assassinado em frente à sua casa e por essa altura, Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro da altura, e Mário Gomes Sá, ativista guineense, também são vítimas de perseguição política. Neste ano, Silvestre Alves, líder do Partido Progressista Guineense, também foi vítima de tortura (Sá, 2010: 38).

Já em Março de 2009, o chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Tagme Na Waie morre num atentado no quartel e, como diz Sá (2010: 39), havia a suspeita de que Nino

Vieira estivesse envolvido neste atentado a bomba. Em junho do mesmo ano Malam Bacai, ganha as eleições presidenciais pelo PAIGC.

Outro golpe de estado surge a 4 de janeiro de 2010 com, como conta Sá (2010: 39), o chefe de Estado José Zamora Induta. Este era o principal alvo de acusações feitas pelo vice-chefe de Estado Maior das Forças Armadas, António Indjai. Este último deu ordens para prender Zamora Induta e Carlos Gomes Júnior, e libertar Bubo Na Tchuto, chefe do Estado Maior da Marinha da Guiné-Bissau, que estaria refugiado nas instalações da ONU na Guiné-Bissau.

Em janeiro de 2012 o presidente Malam Bacai acaba por falecer vítima de doença, ficando como presidente interino Raimundo Pereira. No dia 12 de abril de 2012 o autointitulado comando militar tomou o poder em Bissau, mais uma vez, encerrando também os espaços aéreo e marítimo. Este golpe de Estado destituiu o presidente interino, Raimundo Pereira, e o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. Este último golpe de Estado colocou o país numa instabilidade política e social.

Constata-se, então, pelo resumo da história política do país que o processo de democratização ainda não terminou e que os constantes golpes de Estado, violações de direitos humanos e guerra civil têm comprometido a situação democrática no país.

2.2. Liga Guineense dos Direitos Humanos

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é uma organização não-governamental de defesa, proteção dos direitos e liberdades da pessoa humana. A data oficial da sua criação é a 12 de agosto de 1991. Porém, a sua existência data nos finais da era colonial na Guiné-Bissau, embora não se tenha conseguido encontrar referências bibliográficas que o comprovem. Tem como objetivo principal promover e defender os direitos fundamentais dos cidadãos cujos princípios estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos Humanos dos Povos. A sua missão é a luta pela promoção de uma sociedade mais justa, tolerante, dialogante, de igualdade de direitos e oportunidades dos cidadãos e a primazia dos valores do Estado de direito e da democracia em detrimento da tirania e do totalitarismo.



Figura 2 - Na sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos e Casa dos Direitos

Como se pode ler no novo *website* da LGDH⁸, esta foi um dos principais atores na luta pela abolição da pena de morte na Guiné-Bissau, nos primórdios da década de noventa do século passado, antecedendo à própria abertura ao multipartidarismo contribuiu para a sua implantação e hoje é um impulsionador da sua consolidação. É uma das poucas organizações com representação e estruturas ao nível nacional e internacional.

A LGDH é membro da Federação Internacional das Ligas dos Direitos Humanos (FIDH) com sede em Paris; é igualmente membro fundador da União Interafricana dos Direitos do Homem, membro Observador junto da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, membro fundador do Fórum das ONG dos Direitos do Homem e das Crianças dos PALOP, membro da Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT parceira privilegiada da Amnistia Internacional), membro Fundador do Movimento Nacional da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, da Rede Oeste-africano para Edificação da Paz (WANEP-GB) e da plataforma de Concertação das ONG (PLACON-GB).

A Liga Guineense dos Direitos Humanos fixa como as suas principais atividades:

- Estudos e pesquisas no domínio dos direitos fundamentais;
- Divulgação de textos e leis fundamentais em matéria dos direitos humanos;

⁸ Ver <http://www.lgdh.org/>

- Concertação com as autoridades e poderes públicos nacionais sobre as questões respeitantes aos direitos humanos;
- Denúncia de todos os atentados contra os direitos fundamentais;
- Realização de seminários, simpósios, jornadas meeting e manifestações;
- Consciencialização e sensibilização da opinião pública nacional e internacional em matéria dos direitos humanos;
- Participação em fóruns internacionais em matéria dos direitos humanos;
- Intercâmbios de experiências com as organizações nacionais e estrangeiras congéneres;
- Educação cívica dos cidadãos sobre os direitos humanos, cidadania e cultura democrática.
- Educação cívica dos cidadãos sobre os direitos humanos, cidadania, prevenção de conflitos, cultura da paz e democracia.

2.3. ACEP

A ACEP é uma ONG portuguesa, constituída em 1990, e que desenvolve projetos na área da cooperação para o desenvolvimento desde 1997 pautando-se por uma prática de trabalho em rede com as organizações locais suas parceiras e tendo desenvolvido inúmeros projetos com vista ao reforço de capacidades dessas mesmas organizações, nomeadamente na Guiné-Bissau.

Esta organização tem vindo a promover uma abordagem à cooperação orientada para a conquista dos direitos humanos nas suas várias dimensões, por parte das populações e organizações de desenvolvimento, em oposição a uma abordagem de manutenção das dependências e de satisfação de necessidades.

Tem como desafios: manter os princípios, arriscar a inovação, aprendendo com as experiências de outros e com a realidade envolvente, a ACEP tem procurado dar corpo a um projeto coerente, baseado em princípios transversais às políticas, práticas e modelos organizativos. A democracia participativa, a solidariedade entre iguais, a integralidade dos direitos humanos, o respeito pela diferença e a partilha de conhecimento estão na base de projetos e ações, norteados por uma ética de transparência na gestão dos meios, das relações, aliada a uma estética valorizadora do outro nas formas e conteúdos da comunicação. Pela ACEP passa uma procura permanente de novas abordagens e de novas contribuições para a cooperação entre diferentes espaços de cidadania, assente naqueles princípios.

A prática da ACEP de cooperação para o desenvolvimento quer ser persuasiva junto da opinião pública e afirmativa junto dos centros de decisão política, sem condescender com estereótipos ou duplicidade de critérios e recusando ser um biombo ocultador dos reais protagonistas das mudanças⁹.

Solidariedade para o desenvolvimento entre povos de língua oficial portuguesa, sem excluir a cooperação com outros povos, a ACEP integra-se na corrente histórica que assume as pontes construídas em lutas comuns de povos dos países de língua oficial portuguesa. Os traços de união contra as ditaduras, o domínio colonial e pelo desenvolvimento enfrentam novos desafios e apostamos em continuar a alimentá-los, numa aprendizagem mútua, no quotidiano da cooperação e da solidariedade.

2.4. Casa dos Direitos

A Casa dos Direitos é uma iniciativa de redes e recursos para a paz e o desenvolvimento num percurso com responsabilidades partilhadas, tendo o diálogo e a participação como chaves de um processo de realização dos direitos humanos, cívicos, sociais, económicos, culturais e ambientais, para a justiça social e o bem-estar, valorizando pequenas e grandes ações, saberes e inovações. Além disto, tem nas suas instalações a sede da LGDH, fundamental para o reconhecimento e operacionalidade de uma organização vital para a monitoria de direitos humanos no país, primeira razão aliás que esteve na origem deste projeto. Esta sede foi uma antiga prisão na Guiné-Bissau.



Figura3 - Instalações Casa dos Direitos

⁹In <http://www.acep.pt/ACEP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/73/language/pt-PT/Default.aspx>



Figura 4 - Uma das portas da antiga prisão na Casa dos Direitos

O projeto da Casa dos Direitos é um projeto da ACEP, na Guiné-Bissau, que tem como parceiros em Portugal o CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, e o CES / NEP – Centro de Estudos Sociais/ Núcleo de Estudos para a Paz. Já na Guiné-Bissau os parceiros são: a LGDH (Liga Guineense para os Direitos Humanos), a AMIC (Associação dos Amigos das Crianças), a Sini Mira Nasseque, a Tiniguena, a RENARC (Rede Nacional de Rádios Comunitárias), e a UICN (União Internacional para Conservação da Natureza). Tem também o apoio da Universidade de Aveiro, da Cooperação Portuguesa e da Fundação Calouste Gulbenkian.



Figura 5 - Entrada da Casa dos Direitos e Sede da LGDH

A Casa dos Direitos surge com o objetivo geral de promover um ambiente favorável à realização dos direitos cívicos, sociais, económicos, culturais e ambientais, contribuindo para o reforço de clima de diálogo, coesão social, participação cívica e para a manutenção da paz, para um o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau e o bem-estar das populações.

Como objetivos específicos encontram-se:

- Capacitar organizações da sociedade civil para a promoção dos direitos cívicos, sociais, económicos, culturais e ambientais.
- Melhorar as capacidades de trabalho em rede e a construção de alianças em torno de agendas concretas, valorizando os interesses comuns e as mais-valias de cada organização, de forma a realçar as vantagens recíprocas na partilha e na junção de recursos de natureza diversa, contribuindo para uma sociedade civil forte e aberta.
- Contribuir para a criação de espaços de debate, estudo e análise, abertos à participação cívica e facultando a intervenção dos diversos atores sociais na monitorização das políticas e dos programas e valorizador de boas práticas, contribuindo assim para o reforço de mecanismos de boa governação.

A Casa dos Direitos tem duas vertentes de intervenção: uma ao nível do reforço das organizações e outra ao nível da sensibilização dos decisores e do público em geral. É uma infraestrutura de apoio à promoção dos direitos na Guiné-Bissau, disponibilizando recursos à sociedade civil, parlamentares, responsáveis da administração e média, promovendo ações com vários atores (escolas, grupos, associações). Tem um programa de trabalho anual e tem um espaço aberto ao público em geral, organizando exposições, debates, sessões de trabalho, projeções.

III Capítulo – O papel da Liga Guineense dos Direitos Humanos: a perspectiva dos atores

3.1. Objetivo geral

Tendo como questão de investigação “qual o papel da sociedade civil – caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos – na democratização na Guiné-Bissau?” pode-se afirmar que o objetivo principal desta investigação recai sobre a análise da Liga Guineense dos Direitos Humanos no contexto político do país. Contudo, dentro desta questão de investigação insere-se a importância da ACEP (Associação de Cooperação entre Povos) para a Liga e conseqüentemente no país, pois tem sido determinante nos últimos anos. Ressalta-se também o projeto da Casa dos Direitos já que tem sido fulcral nos últimos dois anos, tanto para a LGDH como para a Guiné-Bissau. Não existindo ainda informações e dados específicos sobre o funcionamento da LGDH e a sua importância, esta investigação de mestrado permitirá uma conclusão sobre as questões acima levantadas. É importante mencionar que o processo de transição para a democracia na Guiné-Bissau consta em alguma bibliografia, todavia, não nesta perspectiva.

3.2. Metodologia de investigação

A recolha de dados para a investigação, mais propriamente as entrevistas e a observação no terreno, realizou-se entre 23 de novembro e 3 de dezembro de 2013, na Guiné-Bissau. A viagem ao local possibilitou uma proximidade com a população, um melhor conhecimento, principalmente com os atores envolvidos direta e indiretamente na Liga Guineense dos Direitos Humanos, e em contacto com o ambiente cultural e político do país. Durante este período o país encontrava-se na fase de recenseamento eleitoral com a esperança viva de pôr fim àquele ciclo de governo de transição, deixado após o golpe de Estado de abril de 2012. As atenções estavam direcionadas para o funcionamento do recenseamento e as futuras eleições que tinham sido constantemente adiadas. O último golpe de Estado alterou o comportamento da população em geral face à governação do país e influenciou a atuação das ONG e da sociedade civil em geral. Isto é, a população ficou sensível ao assunto pois a história política do país mais uma vez se repetia com um golpe de Estado tendo conseqüências em todas as áreas (educação, saúde, justiça, economia, relações externas, etc). Este governo de transição que atuava no momento da viagem não era reconhecido pela comunidade internacional pondo em causa muitos dos projetos de desenvolvimento que decorriam no país até à data do golpe. A sociedade civil estava, então,

igualmente atenta a tudo o que se passava no momento e com expectativas sobre as futuras eleições e as mudanças que surgiriam no país.

Durante os dias em Bissau, foi visível a presença militar, a quantidade de veículos e colaboradores das Nações Unidas no país, assim como membros da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau. Além disso foi possível em 10 dias presenciar denúncias de violações de direitos humanos o que nunca teria sido possível se as entrevistas tivessem sido só feitas a partir de Portugal. Devido à falta de meios informáticos por parte dos ativistas da LGDH também não seria possível realizar as entrevistas dessa forma; por isso a melhor opção seria sempre deslocar-me ao local e entrevistar o máximo de pessoas possíveis envolvidas na LGDH de forma a obter o máximo de informação. A presença diária e observação do funcionamento da LGDH, da Casa dos Direitos e da própria atuação da ACEP, permitiram uma perceção mais profunda sobre as suas atividades e decisões com vista à defesa e proteção dos direitos humanos.



Figura 6 - Inscrição num mural em Bissau



Figura 7 - Vista da Casa dos Direitos para edifício militar

3.3. Estudo de Caso

A escolha da realização de um Estudo de Caso prende-se com o facto de ser a metodologia mais adequada para investigar o papel da Liga Guineense dos Direitos Humanos na democratização na Guiné-Bissau. Yin (2005: 32) explica que um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. Dada a lacuna existente na literatura sobre este tema específico, tornou-se pertinente recorrer ao estudo de caso já que este tem como propósito ser exploratório, sendo que as entrevistas e a observação no terreno se complementam. Yin (2005: 22) refere que o estudo de caso pode mostrar funções explanatórias e não apenas descritivas ou exploratórias. Mas esta estratégia exploratória adotada permite a recolha de informação através da observação direta dos acontecimentos que estão a ser estudados e um contacto direto com as pessoas neles envolvidos. Um poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências como os documentos, artefactos, entrevistas e observações (Yin, 2005: 27).

Reconhecendo que o Estudo de Caso é por vezes questionado relativamente à sua eficácia, Yin (2005: 29-30) defende que os estudos de caso, da mesma forma que os

experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso como experimento não representa uma “amostragem” mas o seu objetivo é expandir e generalizar teorias, não enumerando frequências.

Tanto para a observação no terreno como para a entrevista, eu como entrevistadora necessitei de ter um plano de ação consistente, por isso as entrevistas foram preparadas recorrendo às lacunas que encontrei na bibliografia: qual a importância da LGDH, como atua, quem faz parte dela e como, qual o seu papel em determinados temas no país, como os atores veem o seu papel na sociedade guineense, a importância do projeto da Casa dos Direitos, como as entidades internacionais veem a LGDH e a Casa dos Direitos, e também como os atores perspetivam a sua intervenção no futuro.

3.4. Pesquisa e Análise

A abordagem metodológica desta investigação baseia-se primeiramente na recolha de dados através de entrevistas e observação no terreno, triangulando a informação recolhida com a bibliografia existente sobre o tema específico abordado e atendendo à não existência de informação relativa ao caso. Como referido anteriormente, este estudo de caso é exploratório e comparou-se e confrontou-se a informação que não está disponível e que se obteve com as entrevistas e observação no terreno. Mais uma vez, é de referir a ausência de informação disponível, de falta de estudos e até mesmo de literatura relativamente ao tema em questão – o caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos. A literatura disponível abrange o tema de forma mais geral, não especificando a importância desta organização não-governamental na democratização na Guiné-Bissau.

As entrevistas realizadas no próprio país, e a proximidade com os atores envolvidos e com o ambiente cultural e político da Guiné-Bissau, ajudaram a compreender as perceções por parte dos dirigentes e ativistas da LGDH, dos colaboradores da Casa dos Direitos, da Cooperação Portuguesa, do PAANE e de outras ONG guineenses sobre o fenómeno da democratização na Guiné-Bissau. Ajudaram também a verificar o papel da LGDH nesse processo de transição para a democracia e identificar as motivações subjacentes às suas ações. As entrevistas têm objetivos exploratórios, como já foi mencionado.

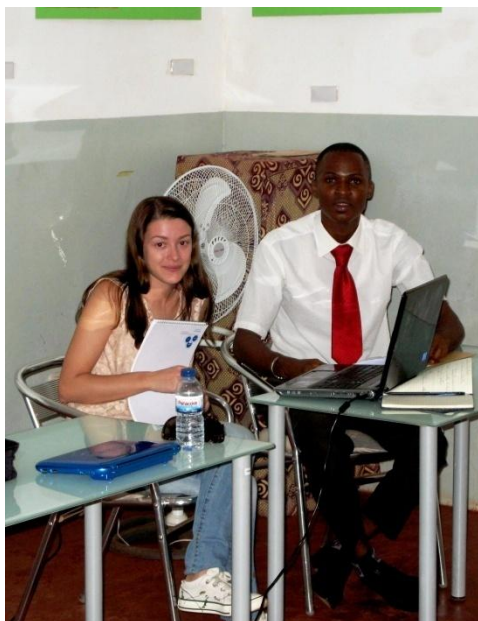


Figura 8 - Durante uma entrevista

As entrevistas foram semiestruturadas com o intuito dos entrevistados terem liberdade para falar, e eu na qualidade de entrevistadora colocar questões de aprofundamento para além do guião inicial. Esse guião é diferente para os diversos entrevistados, contudo o estudo central – caso da LGDH – está presente em todas as entrevistas. No total foram realizadas vinte e duas entrevistas subdivididas em quatro grupos.

Como tinha o objetivo de também entrevistar elites, teve-se em conta que estas têm uma posição privilegiada na sociedade e têm maior probabilidade de influenciar o processo político que os membros do público em geral. Isto permite ter uma perspetiva sobre a mentalidade de quem, de alguma forma, influencia a situação política do país que é bastante relevante nesta investigação.

É de ressaltar as vantagens que as entrevistas trazem. A primeira centra-se na exploração dos tópicos com os intervenientes; é possível também explorar experiências e interpretações; consegue-se ter um contacto direto com os intervenientes; há flexibilidade para permitir aos participantes conversar sobre o tema de investigação da sua própria maneira; o facto de possuir alguma estrutura assegura que o mesmo tema de investigação cobre todos os participantes; estas permitem comparação com outros métodos de recolha; a informação que chega vem de forma natural pois sai em primeira mão. Uma vantagem em específico destas entrevistas é a possibilidade de as realizar na Guiné-Bissau estando próxima com a realidade e contexto a

analisar. Além destas, como Yin (2005: 113) apresenta, as entrevistas têm pontos fortes como serem direcionadas (enfocam diretamente o tópico do estudo de caso) e são perceptivas (fornecem inferências causais percebidas).

Porém, algumas desvantagens destas entrevistas são: consumir muito tempo; conhecimentos de técnicas de entrevistador; e poder existir excesso de informação e alguma irrelevante. Yin (2005: 113) refere também que estas podem ser vieses devido a questões mal elaboradas, a respostas viesadas, a ocorrência de imprecisões devido à fraca memória do entrevistado, e a flexibilidade já que o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir.

Já a observação direta tem como pontos fortes a realidade da situação, já que trata de acontecimentos em tempo real, e a contextualização pois tratam do contexto do evento (Yin, 2005: 113). Por outro lado, tem pontos fracos como o consumo de muito tempo assim como as entrevistas, a seletividade e a flexibilidade, pois o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada porque está a ser observado, o custo pelas horas necessárias pelos observadores humanos e neste caso específico, o custo monetário pela deslocação ao país em questão.

É de referir que as entrevistas e a observação são diferentes embora sejam ambas usadas para descobrir o acontecimento. Como Stake (2007: 83) menciona, o que é observado normalmente não é controlado pelo investigador já que estes se deslocam para onde as coisas estão a acontecer com a esperança de observar acontecimentos que aconteceriam mesmo sem a presença deste. Já na entrevista, o que é tratado é visado e influenciado pelo investigador na medida em que podem seguir os caprichos do entrevistador.

A recolha de dados através da informação documental disponível (académica, institucional e documentos oficiais) ajudou a obter uma melhor compreensão sobre a temática tentando confirmar a teoria na prática. Isto é, verificar o papel da sociedade civil – caso da LGDH, na democratização na Guiné-Bissau, assim como analisar a intervenção da ACEP através do projeto Casa dos Direitos. Esta documentação tem pontos fortes como ser estável, discreta, exata e com ampla cobertura (Yin, 2005: 113). Tem também pontos fracos como a capacidade de recuperação poder ser baixa, a seletividade ser tendenciosa, relato de vieses e o acesso que pode ser negado ou dificultado (Yin, 2005: 113).

Após referir as técnicas de recolha de dados, é importante mencionar as técnicas de análise utilizadas. Para analisar as entrevistas utilizei a análise de conteúdo. A análise de conteúdo

tem diversas vantagens como: poder ser aplicada a todo o tipo de conteúdo de mensagem, permitir uma análise sistemática (e quantificável) de dados inicialmente não estruturados. Porém relativamente às entrevistas, nestas os sujeitos, ao serem envolvidos no processo de investigação, podem provocar erros e distorcer os dados recolhidos. Teve-se em atenção a fiabilidade entre codificadores pois as pessoas poderiam abordar e interpretar de modo diferente a informação, dado que são entrevistas com diversas pessoas.

Utilizei a análise de conteúdo latente, já que procuro captar os sentidos implícitos do que é respondido na entrevista (Moraes, 1999). Mesmo que a análise de conteúdo parta da informação manifesta no texto, esta pode dirigir-se à intenção que o autor quis expressar, chegando, às vezes, a captar algo de que nem o autor tinha consciência plena. Como o objetivo é a procura de uma compreensão mais profunda do conteúdo, não se pode ignorar o conteúdo latente das mensagens. Isto corresponde a uma leitura que capta nas entrelinhas motivações inconscientes ou indizíveis, reveladas por descontinuidades e/ou contradições.

Não tendo como objetivo generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenómenos investigados, estas parecem as melhores opções para a investigação.

3.5. Entrevistas

Os atores entrevistados encontram-se divididos em quatro grupos: dirigentes, ativistas, colaboradores e atores externos. Esta divisão surge com o objetivo de direcionar as perguntas das entrevistas ao grupo que me daria a resposta com mais conhecimento possível sobre o tema. No total foram entrevistadas vinte e duas pessoas. Houve a possibilidade de entrevistar atores com diferentes cargos e funções, quer dentro da LGDH, quer no projeto da Casa dos Direitos, quer na ACEP e comunidade internacional, de forma a obter as perspetivas de cada grupo podendo cruzar as respostas de cada um.



Figura 9 - Um dos grupos entrevistados na Casa dos Direitos

A categoria dos Dirigentes engloba três elementos da direção e conselho geral da LGDH, sendo um deles o próprio presidente da organização. Tendo oito Ativistas como entrevistados, recolhe-se informação valiosa e diversificada sobre o funcionamento interno da LGDH, da sua atuação enquanto ativistas e a sua perspetiva sobre o papel da LGDH. Já os três Colaboradores foram entrevistados nesta condição pois foram-me apresentados dessa forma aquando da entrevista. Porém, com o decorrer da entrevista e dos dias lá passados concluiu-se que além de Colaboradores da Casa dos Direitos são também membros da LGDH. Foram entrevistados na qualidade de Colaboradores da Casa dos Direitos por serem dos membros da LGDH com mais proximidade ao projeto, onde a LGDH tem a sua sede. Os dados recolhidos foram então tratados de acordo com a sua posição de Colaboradores do projeto da Casa dos Direitos. Já os Atores Externos são diversificados. Houve oportunidade de entrevistar a responsável da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau, a coordenadora da Unidade de Gestão do Programa do PAANE (Programa de Apoio aos Atores Não Estatais na Guiné-Bissau), uma colaboradora do PAANE, a presidente da ACEP, dois membros de ONG guineenses, a coordenadora do projeto da Casa dos Direitos e uma colaboradora da Casa dos Direitos. Porém, esta última entrevista não é utilizada na análise já que as respostas não tiveram o efeito esperado. Esta decisão prende-se com o facto da comunicação entre mim e a entrevistada não ter sido a melhor. Aliada à minha falta de conhecimento sobre crioulo guineense está o problema de, mesmo falando a mesma língua, nem sempre existir uma boa comunicação em português europeu de forma a fazer fluir o diálogo.

A perspectiva dos dirigentes permite que a investigação tenha conteúdo vindo de atores privilegiados, através de informação singular. Já o ponto de vista dos ativistas demonstra a visão de quem atua diretamente com a população no terreno, em diferentes regiões da Guiné-Bissau. Os colaboradores transmitem a informação necessária sobre o funcionamento diário do projeto da Casa dos Direitos, assim como da atuação da LGDH em Bissau e na sua sede. Por último, as diferentes visões dos variados atores externos enriquecem a investigação na medida em que se recolhe informação não visível na bibliografia. Além da atuação destes no país, importa saber a sua perspectiva sobre o papel da LGDH no país.

Os entrevistados estão identificados sequencialmente pelo abecedário português começando na letra A para o primeiro dirigente até ao T para a última entrevistada do grupo dos atores externos. À exceção do Presidente da LGDH que é denominado pelo seu nome ou pelo seu cargo, todos os restantes não são mencionados pelo facto do tema da investigação ser sensível e não colocar nenhum destes em perigo com as suas respostas e opiniões. Abre-se a exceção para o Presidente da LGDH já que a sua opinião é de conhecimento público e nada do que é respondido põe em causa a sua segurança.

A sequência das entrevistas tem uma ordem idêntica para cada grupo, à exceção dos atores externos (ver guião das entrevistas em Anexo). Inicia-se pelas questões relativas à caracterização dos entrevistados de forma a conhecer também a sua trajetória de vida que pode ou não influenciar a sua perspectiva. De seguida, aos Dirigentes foi questionada a importância da LGDH para os direitos humanos e para a democratização, questionando igualmente a sua opinião sobre a democracia ou fase de democratização do país. Após essas questões surge a questão sobre o papel da sociedade civil na Guiné-Bissau e sobre a sua intervenção pessoal no país. É também uma questão importante a sua opinião sobre o projeto da Casa dos Direitos. A última questão colocada aos Dirigentes, assim como a todos os entrevistados é sobre a sua intervenção no futuro. Foi igualmente colocada uma questão em particular a dois Dirigentes sobre o percurso da LGDH no período de 2003 a 2013 de forma a avaliar os fatores políticos que mais influenciaram o curso da Liga num espaço de dez anos.

A estrutura das entrevistas dos Ativistas começa pela caracterização pessoal associada à caracterização enquanto ativista na LGDH. Seguidamente questiona-se a sua perceção sobre a atividade da sociedade civil na região de atuação e de seguida sobre o projeto da Casa dos Direitos, procurando saber como este projeto e a atividade de outras entidades nacionais ou

estrangeiras influenciam nos direitos humanos do país. Além disso é-lhes questionado o que mais poderia ser feito por parte da LGDH. Após estas questões os ativistas são questionados sobre a atuação e evolução da democracia no país de forma a responder como percebem a participação de entidades como a LGDH na democratização na Guiné-Bissau. Para finalizar coloca-se a questão sobre como perspetivam a sua intervenção no futuro.

Aos Colaboradores, assim como a todos acima referidos, foram solicitados dados sobre o seu trajeto de vida. Além disso respondem também sobre o seu papel enquanto colaboradores da Casa dos Direitos. Questiona-se sobre o seu ponto de vista sobre este projeto no país e a importância destes projetos para a Guiné-Bissau. Após este tema, importa conhecer a importância da LGDH para a defesa dos direitos humanos na Guiné-Bissau e de seguida se consideram que o país é democrático ou em fase de democratização e em que medida a LGDH contribui para a democratização no país. Para finalizar respondem sobre como tencionam intervir no futuro.

O último grupo de entrevistados nesta análise são os Atores Externos que além de completarem informação, adicionam outra dimensão bastante valiosa acerca da entidade à qual estão ligados. A estes é sobretudo perguntado como veem o papel da organização de que fazem parte na sociedade civil guineense. Aos atores externos guineenses é-lhes solicitada a opinião sobre o papel da LGDH e de OSC na democratização no país. Avalia-se também a cooperação que existe entre as diferentes organizações destes atores e as organizações nacionais, em especial a LGDH e a Casa dos Direitos. Finalmente questiona-se a sua perspetiva sobre a sua atividade futura.

IV Capítulo - Estudo de Caso

“É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É assim a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade.” Amílcar Cabral

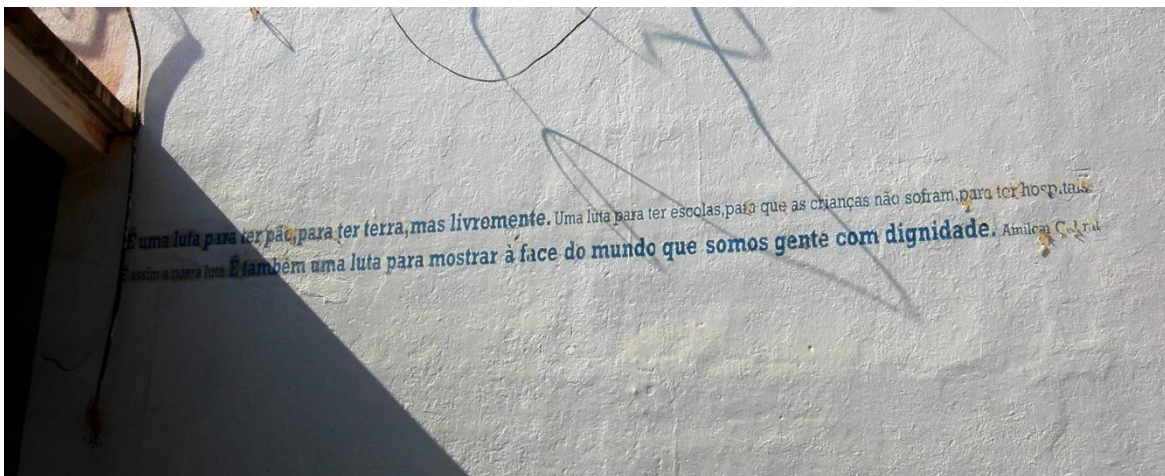


Figura 10 - Frase de Amílcar Cabral na fachada da Casa dos Direitos

Nota introdutória

Este capítulo contém as respostas dos quatro grupos de entrevistados. Depois da transcrição destas para suporte escrito, analisei-as na íntegra com o objetivo de retirar o máximo de informação útil para a investigação. Neste capítulo tive a preocupação de manter algumas expressões respondidas, por isso grande parte do texto está redigido como foi respondido tentando, desta forma, demonstrar da melhor maneira as respostas recolhidas.

4.1. Dirigentes

As entrevistas aos dirigentes realizaram-se entre novembro e dezembro de 2013, na Guiné-Bissau. Foram entrevistados três dirigentes masculinos da Liga Guineense dos Direitos Humanos, com idades compreendidas entre trinta e um e quarenta e dois anos, sendo todos residentes em Bissau. Para os distinguir utilizei a classificação de A e B para dois dos elementos e o nome verdadeiro para o Presidente da LGDH. A escolha desta classificação deve-se ao facto de ter optado pelo anonimato dos entrevistados já que os temas questionados são sensíveis, podendo levantar problemas pessoais no país. Já o Presidente da LGDH defende a sua opinião

relativamente aos temas investigados todos os dias e a sua opinião dada na entrevista coincide com o seu trabalho, sendo do conhecimento de todos os guineenses.

A primeira questão centra-se no ano em que começaram a sua atividade na LGDH e como o fizeram. O Presidente da LGDH iniciou a sua ligação em 1995 enquanto A só em 2005 e B em 2009. O processo de adesão de cada um difere. O atual Presidente da LGDH, Luís Vaz Martins, iniciou a sua ligação à LGDH em 1995 a convite de colegas. O seu interesse pela LGDH e direitos humanos surge porque, depois das primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, decidiu estar ativo na vida política e apoiar a oposição de forma a inverter a situação de partido único e todas as violações de direitos humanos que existiam. Porém, durante este período, foi intimado pela polícia e acusado de ter injuriado e infamado, no momento, o Presidente da República Nino Vieira, sendo detido sem qualquer processo a um interrogatório de três dias. Após a sua libertação, Luís Vaz Martins entendeu que a oposição também tinha incoerências nas políticas que defendiam e procurou uma terceira via para poder contribuir para o desenvolvimento do país. Essa terceira via foi a LGDH. Já o dirigente A, em 2005, decide integrar a LGDH pelo seu interesse na questão dos direitos humanos e através de colegas que já faziam parte da LGDH, é convidado para ser comentador do programa radiofónico da LGDH durante dois anos. O dirigente B, em 2009, junta-se à LGDH pela influência do Presidente Luís Vaz Martins, que foi seu colega de Faculdade.

Estes três dirigentes iniciaram entre 2006 e 2012 as funções que ocupam atualmente. Sendo que um é o Presidente da LGDH e os outros membros da direção. Antes da sua situação profissional atual como um dos dirigentes da LGDH, o Dirigente A foi responsável por um departamento de Mulheres e Crianças do Centro de Acesso à Justiça – projeto criado pela LGDH. O Dirigente B monitorizava e supervisionava as atividades no Centro de Acesso à Justiça em Cacheu e o Presidente desempenhou sempre cargos a nível da direção regional da LGDH. À exceção do Dirigente A que é jurista e advogado, os membros entrevistados não têm outra profissão atualmente.

Quando questionados sobre a importância da LGDH para a defesa dos direitos humanos na Guiné-Bissau, para o dirigente A, existem duas visões sobre a Liga: uma interna onde a Liga é mais uma Organização da Sociedade Civil, uma mais-valia, a principal Organização Não-Governamental de direitos humanos com lugar de destaque na sociedade guineense, e a visão do

cidadão comum: a única alternativa face ao Estado e o principal ator no processo de democratização. Este dirigente considera que a LGDH está “à dimensão do Estado”.

Para o dirigente B, a LGDH contribui para a promoção e defesa dos direitos humanos e lutou afincadamente pelos princípios legais e democráticos no país. Refere que a população guineense acredita mais na Liga do que nos tribunais e justiça da Guiné-Bissau, recorrendo à LGDH para apresentar queixa mesmo que esta não tenha meios coercivos. Este dirigente sublinha a importância da LGDH após o Golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 acrescentando que a população não tem em quem confiar senão na LGDH, já que esta é a única que se pronuncia e a única que fala no país.

Para o Presidente Luís Martins, a situação está aquém do que era esperado na década de 50, 60 pois, para este, independência implica não só a vertente política mas também a económica, a educação, a saúde, a água potável, a justiça e a paz. A LGDH é para este entrevistado uma organização incontornável neste processo de afirmação da democracia e Estado de Direito na Guiné-Bissau. Os sonhos que a LGDH tem ainda não se concretizaram e considera que os Europeus não compreendem a existência de uma ONG de direitos humanos tão forte pois têm estruturas sólidas nos seus países. Afirma a necessidade da existência destas organizações não-governamentais até existirem instituições fortes e autónomas que correspondem às necessidades da nação. Luís Martins considera que para falar dos direitos humanos é necessário que as pessoas tenham conhecimento sobre esses direitos. Contudo, os aspetos culturais e históricos do país acabam por complicar de forma muito séria determinados valores e não ajudam à consolidação desses direitos. O Presidente declara que a Guiné-Bissau tem 40% da população analfabeta, considerando que, para alterar essa situação, o papel da LGDH é divulgar, sensibilizar, formar e informar a população sobre o que são os valores que, independentemente do espaço geográfico e das culturas, esses direitos devem ser preservados.

Em resposta à importância da LGDH na democratização na Guiné-Bissau, o Dirigente A considera que a LGDH é o principal ator no processo de democratização mas que *per se* não atua diretamente na área da democracia. Contudo, fazendo parte e tendo como objetivo a defesa dos direitos humanos, a democracia é o melhor e principal sistema para garantir os direitos humanos. A LGDH promove os valores democráticos e tem-no demonstrado com firmeza e determinação depois do último golpe de Estado de 12 de abril de 2012, tentando ter uma participação ativa no processo de democratização. O Dirigente B considera que o problema da Guiné-Bissau prende-se

com o facto de a população não entender o que é a democracia. As eleições de 1994 e a abertura democrática foram sinais de democracia porém as pessoas e sobretudo os políticos não conseguiram perceber o que é realmente a democracia. Continuam as lutas desfreadas pelo poder e as diferentes etnias apoiam os candidatos por serem da sua etnia e “não se preocupam com mais nada”. Considera que a democracia tem de ser repensada na Guiné-Bissau. A LGDH atua na democracia através do projeto do Centro de Acesso à Justiça, das palestras, formações, de forma a dotar as pessoas de conhecimento sobre a democracia. O Presidente afirma que o papel que a LGDH tem assumido ao longo dos anos é fundamental para a consolidação ao nível da democracia. O facto de a LGDH ter sido criada antes da abertura democrática em 1994 ajudou e consolidou esse processo de abertura. Para este, é impossível falar dos direitos humanos sem um ambiente político e sistema que reconheça e tenha o Homem no centro das atenções. Todos os direitos são importantes para que se possa falar da realização dos sonhos de um povo que teve momentos difíceis na sua afirmação enquanto Estado. Os três dirigentes entrevistados consideram que a Guiné-Bissau é um país em fase de democratização.

Relativamente ao papel da sociedade civil em geral na Guiné-Bissau, o dirigente A caracteriza a sociedade civil em três dimensões: sociedade civil de direitos humanos, de desenvolvimento e de comunidades religiosas. Apresenta também problemas diversos que limitam e afetam a sociedade civil: a falta de apoio institucional, os técnicos serem meros voluntários que trabalham em *part-time* e o facto de não terem como sustentar as próprias ações. Este considera que estes problemas reduzem a capacidade de intervenção da sociedade civil na Guiné-Bissau e que o trabalho das Organizações de Sociedade Civil (OSC) é muito maior que os recursos que são disponibilizados para atuar. Existe uma necessidade de reforçar a capacidade das OSC, como por exemplo o projeto da Casa dos Direitos que promove ações de capacitação de sistemas e técnicas para maximizar e potencializar as OSC existentes.

O dirigente B elucida que em muitas situações parte da sociedade civil o fornecimento de bens essenciais como a energia e a água. Esta provisão contribui também de forma significativa para o desenvolvimento de certos setores e regiões. Na área da saúde existem, por exemplo, projetos financiados pela UE de forma a existirem centros de saúde espalhados pelo país. Para este, a sociedade civil tem um papel extremamente importante e ajuda no que o Estado não consegue fazer para a população guineense. O presidente da LGDH diz que o papel das OSC tem sido muito importante pois ultrapassa de longe as questões de reivindicações dos direitos civis e políticos já que entra no campo de intervenção direta - área da educação, ambiente, criando

alternativas, escolas comunitárias. Menciona também, assim como o dirigente A, a importância das entidades religiosas. O ponto comum entre os três dirigentes e que estes destacam é que a sociedade civil e em especial as ONG fazem mais do que o próprio Estado levando às populações o que o Estado não consegue.

Sobre a autoavaliação da sua intervenção até ao momento, os dirigentes A e B consideram a sua intervenção determinante e positiva. Ainda sobre este tema os três entrevistados falam no plural e referem que a sua função é tao importante quanto a dos outros e que juntos conseguem dar a volta as situações recorrendo aos meios disponíveis. O presidente da LGDH demonstra que a maioria das pessoas acredita que ele e os membros da LGDH, através dos valores que defendem e proclamam, vão contribuir para uma Guiné-Bissau mais justa. Refere que o país tem miséria mas que tem pessoas determinadas a mudar isso. Um dos dirigentes cita Martin Luther King dizendo que "o homem que não tem motivo pelo qual morrer, não tem motivo pelo qual viver" para demonstrar a sua missão dentro da LGDH.

Quando questionados sobre a relevância do projeto da Casa dos Direitos para a sociedade civil guineense, o dirigente A vê o projeto com a função de preencher uma lacuna existente no país: a falta de estruturas desta dimensão que capacitem as outras ONG através de estudos, assistência técnica, conhecimento, transmissão de conhecimento por partilha de experiência. O dirigente B explica que o projeto além de conceder um espaço físico que pode ser partilhado por todas as organizações é também um espaço de concentração dessas organizações, focadas na procura de soluções para os problemas que o país tem em todos os domínios. Afirmam que é um projeto que as ONG precisavam para se sentirem fortes e coesas. Já Luís Martins explica que a Casa dos Direitos é onde um conjunto de organizações se reúne, e tem um papel indiscutível na promoção e divulgação de todos os direitos. Afirmam que todos se sentem identificados dentro da Casa dos Direitos, não pelo facto de fazerem parte dos promotores, mas porque era uma iniciativa necessária e devia ter acontecido há muito tempo. Os três reconhecem a importância do projeto para a sua ONG e para a sociedade civil em geral. Veem-na como o elo de ligação entre ONG e espaço de concentração. Afirmam que é uma iniciativa necessária e que continuará a dar frutos.

Na questão sobre a diferença entre o projeto da Casa dos Direitos e a LGDH para a defesa dos direitos humanos os três conseguem identificar bem a diferença entre as duas. Reconhecem que a Casa dos Direitos é um projeto que agrega várias organizações e dá apoio aos *decision makers*. Afirmam que a Casa dos Direitos não substitui nenhuma ONG mas reforça a coordenação

entre as organizações. O dirigente A diz também que quando se fala da Casa dos Direitos se fala da LGDH indiretamente já que é também a sua sede.

Questionados sobre como perspectivam a sua intervenção no futuro, o dirigente A espera abraçar novos e diferentes desafios e abrir novas estruturas do Centro de Acesso à Justiça para que possa chegar a mais gente. Procura também melhorar a capacidade da Liga. O dirigente B não tem intenção de abandonar a LGDH e pretende fazer carreira em direitos humanos, estando à procura de um mestrado nessa área de forma a servir melhor a organização e dar o seu máximo na área. Reforça a “condição” de que há falta de especialistas na área dos direitos humanos. O Presidente encontrava-se no momento da entrevista a um ano e pouco do fim do seu segundo mandato mas afirmou que continuará a dar a sua contribuição. Acredita que existirá um espaço para as pessoas que se dedicam à defesa dos direitos humanos, sem ter de recorrer a instâncias ou instituições internacionais para o fazer. Sente que na Liga é onde está melhor enquadrado, no seu país, exercendo a profissão de advogado mas virado para a defesa dos direitos fundamentais. Pretende contribuir para o desenvolvimento do país e concretizar os sonhos de Amílcar Cabral: poder garantir pão, saúde, educação e mostrar à face do mundo que também são povo com dignidade.

Uma das questões importantes colocada para a investigação foi, no período de 2003 a 2013, que acontecimentos na vida política do país influenciaram o rumo da Liga e como. Durante este período o dirigente A e o Presidente – únicos entrevistados nesta questão pois são os dirigentes com mais anos na LGDH – concordam que o golpe de Estado de 12 de abril foi o que teve mais impacto na LGDH e no seu funcionamento. Relembam que a Liga sobreviveu a várias intervenções político-militares o que a tornou mais interventiva e dinâmica. O presidente explica que a fase de formação, de 91 a 2001, foi a fase de afirmação enquanto instituição incontornável na defesa dos direitos humanos. Após essa fase, surge a Guerra Civil de 98 onde o país entrou em descalabro com a ausência total de Estado, afetando sobretudo a segurança das pessoas. Os assassinatos de figuras políticas despertaram a LGDH pois era necessário uma organização que tivesse “coerência” de condenar os atos, mas também chamar à justiça os indivíduos envolvidos nos atos – pessoas com muita influência ao nível do Estado. Isto implicou riscos para os dirigentes da Liga. Porém, o golpe de Estado de 12 de abril foi o que colocou em questão a própria segurança dos elementos da Liga, levando o próprio Presidente e dirigentes a refugiar-se no seu próprio território e posteriormente a sair do país por uns tempos por questão de segurança. No momento da entrevista o Presidente alertava que mesmo naqueles dias ainda se vivia um clima

de insegurança pois existiam ataques durante a noite. “Esta instabilidade torna a situação complicada e vive-se num país de incerteza onde tudo pode acontecer e ninguém é responsabilizado.”

4.2. Ativistas

Foram entrevistados oito ativistas da LGDH, dos quais sete são do sexo masculino e um do sexo feminino. De forma a distinguir as respostas obtidas, classifico-os das letras C à J.

As idades dos entrevistados variam entre os trinta e quatro e cinquenta e cinco anos. Quatro dos entrevistados são residentes fora de Bissau, vivendo em regiões e tabancas mais distantes da capital. Os outros quatro habitam na capital. A maioria tem filhos, contudo dois dos entrevistados ainda não têm. Estes dois entrevistados são solteiros ao contrário dos outros que são casados. A escolaridade de cada um varia entre o secundário, bacharelato e licenciatura. O ativista F e G estudaram na antiga URSS e em Portugal, respetivamente, enquanto os restantes estudaram em Bissau.

Os ativistas atuam em diferentes áreas geográficas, isto é, diferentes regiões ou setores. Os ativistas D, E, H e J atuam em Bissau, enquanto o ativista C em Canchungo, o F em Quínara, o G em Catió e o I em Bissorã. Além de serem ativistas desempenham também outras atividades profissionais. Três deles só trabalham na LGDH, sendo o ativista C assessor no Centro de Acesso à Justiça, o E ativista de profissão e o F presidente da LGDH na região de Quínara. Quatro dos ativistas são professores e um é observador meteorológico. Antes de terem funções na LGDH, seis em oito dos ativistas, exerciam a atividade enquanto professores.

A adesão à LGDH por parte destes ativistas começou maioritariamente na década de 90 coincidindo com a sua formação ou logo após esse período com exceção de dois ativistas que só entraram em 2002 e 2008. Os cargos que ocupam atualmente dentro da LGDH são recentes, variando entre 2005 e 2011. A maioria começou na LGDH como ativistas, porém o ativista J começou como dirigente do setor autónomo de Bissau. Estes tiveram conhecimento sobre a LGDH através da rádio, por colegas e já ativistas, e dois referem que souberam da sua existência devido ao conflito partidário da década de 90 com a LGDH. As respostas à pergunta sobre com quem tiveram o primeiro contacto para integrar a LGDH variam entre colegas ativistas, ex-presidentes a nível da região e Sr. Fernando Gomes, primeiro presidente da LGDH e autor do livro “Direitos Humanos na Guiné-Bissau” lançado em 2014. Estes tornaram-se ativistas da LGDH após

assistirem a denúncias de direitos humanos, através da inscrição normal tendo sido influenciados para esta adesão através de ativistas e do próprio presidente da LGDH na altura.

Quando questionados sobre o seu papel como ativista do ponto de vista social para a sociedade guineense todos os ativistas consideram ser muito importante a sua participação. Alguns justificam como sendo importante por ajudar a população, por esta necessitar de apoio e considerarem a LGDH a responsável por alguma população já começar a entender o que é a democracia. Também é referido por um entrevistado que dão voz a quem não tem voz, frisando a importância do projeto do Centro de Acesso à Justiça pois sem ele a população não sabia como chegar até à justiça. Demonstram que existe uma falta de confiança nas instituições judiciais nacionais e relembram que tentam sensibilizar a população sobre a justiça. Servem de ponto de ligação entre o governo e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A criação do Centro de Acesso à Justiça levou a que a população que não tem como pagar a um advogado, tenha direito a ser defendida e aconselhada mesmo que não tenha dinheiro. Isto, de certa forma, ajuda a mudar a consciência da população. O ativista F refere mesmo que a primeira coisa que os preocupa enquanto ativistas e cidadãos é a liberdade de expressão. Diz que se devem poder expressar livremente mas sempre com base no respeito.

Relativamente à sua intervenção enquanto ativistas e membros da LGDH estes entrevistados consideram que a intervenção tem sido positiva. O ativista C lembra a altura da guerra civil de 7 de junho de 1998 onde ele e outros cidadãos fizeram uma comissão da sociedade civil de forma ajudar quem se refugiava na região onde este habitava (Cacheu). Outros entrevistados referem a importância das atividades em que participam, as promoções que receberam e o facto de darem o seu apoio ao máximo.

Uma das questões colocadas com mais peso para esta investigação foi relativamente ao respeito por parte dos ativistas da participação da sociedade civil na região em que atuavam. Dada a diversidade da distribuição territorial dos ativistas as respostas compreendem, também, uma grande diversidade. Assim, os quatro que residem fora da capital consideram que a sociedade civil na sua região tem uma manifestação reduzida, que há poucas ONG a atuar mas referindo a presença da LGDH e o seu bom desempenho, inclusive a nível de justiça e com os polícias. Um deles refere mesmo que a sociedade civil não tem uma estrutura no setor onde habita e atua. Também é dito que uma das razões para a ausência ou pouca presença da sociedade civil se deve aos difíceis acessos à região ou setor, incluindo também a fraca presença

do próprio Estado nesse local. No entanto, os ativistas residentes em Bissau e que atuam na capital têm uma perspectiva diferente mas vendo também a LGDH como a mais importante da sociedade civil guineense. A presença da sociedade civil é mais visível na capital, conseguindo atuar, por isso, de forma mais expressiva. A sociedade civil tem um papel fundamental na ajuda à população a nível judicial mas também reflete esse papel através das formações e sensibilizações que realizam. Um dos entrevistados avalia de forma negativa a intervenção da sociedade civil em geral visto que, na sua perspectiva, não está a corresponder ao objetivo da LGDH pois outras ONG misturam a vida política nos seus assuntos, ao contrário da LGDH. Não mencionam quais têm essa característica mas referem esse conflito.

Relativamente ao projeto da Casa dos Direitos, quatro dos ativistas conheceram-no através da direção da LGDH e os outros quatro dizem ter conhecido desde o início na medida em que colaboraram na sua implementação. Já o ativista C diz ter sabido do projeto no momento em que a LGDH passou a ter a sua sede nas instalações da Casa dos Direitos. Os entrevistados frequentam a Casa dos Direitos diariamente, ou em ocasiões de formação e apoio em projetos e atividades.

Quando interrogados sobre a participação de outras entidades (nacionais ou estrangeiras) na consolidação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, o que remete a uma participação através do projeto da Casa dos Direitos, as respostas são muito variadas. O ativista C diz que é difícil para uma pessoa estrangeira entrar no país e mudar a mentalidade da população mas considera relevante essa participação. O ativista D caracteriza o povo da Guiné-Bissau como muito violento e refere que não pretende com isso manchar o nome do seu povo mas que é uma realidade. Então, considera que a LGDH ajuda no controlo dessa violência, nas violações dos direitos humanos, furtos, roubos, mortes, e que as outras entidades também colaboram para ajudar e intervir nestas áreas. O ativista E caracteriza a intervenção como positiva e reforça que se não fossem essas entidades estrangeiras não teriam como exercer também as suas atividades, devido ao país que têm. O ativista F tem a mesma linha de pensamento que o anterior afirmando que sem as entidades estrangeiras “não podem fazer nada” na Guiné-Bissau pois não teriam forma de financiamento. Já o ativista G considera que as entidades nacionais e estrangeiras são os principais parceiros na consolidação da democracia. Para este, o governo não atua de forma correta pois faz o que acha correto e é pouco fiscalizado pelos deputados. O ativista H menciona e elogia a ACEP no seu trabalho com o projeto da Casa dos Direitos e o seu apoio à LGDH. Refere a importância das formações dadas na Casa dos Direitos mas também critica a governação e os

governantes do país. Diz que, mesmo eles tendo noção dos direitos humanos, as suas intervenções enquanto defensores desses direitos são sempre mal vistas por eles. Exemplifica com um primeiro-ministro que afirmou não necessitar da LGDH para nada e que para este esta nem existia. Porém as OSC têm um grande papel a fazer na Guiné-Bissau. O ativista I diz que estas entidades estão a ajudar muito principalmente na consolidação da paz na Guiné-Bissau e menciona o período difícil de instabilidade política que o país atravessava no momento da entrevista. Diz que mesmo com essa situação de instabilidade as organizações “estão a fazer de tudo para que os direitos humanos sejam uma realidade de forma que todos se possam expressar e desfrutar da liberdade”. Para finalizar, o ativista J mostra-se agradecido à ACEP por ter aceitado trabalhar num país como a Guiné-Bissau, sendo um país que precisa de parceiros para poder ajudar a população, principalmente quando se fala de direitos humanos. Pede para que a ACEP continue a ajudar a LGDH com a finalidade de todos no país compreenderem que os direitos humanos devem ser conhecidos e a dignidade humana não ter comparação.

Uma das perguntas aos ativistas entrevistados foi o que achavam que podia ser mais feito além do que este projeto da Casa dos Direitos e a atuação da LGDH já faziam. Estes dizem que é preciso mais coragem devido à fase que o país atravessa e que uma pessoa não pode desvalorizar a LGDH. Também referem a importância de reforçar a sua atuação no terreno devido à violência que tem acontecido desde o último golpe de Estado em especial em Bissau, na capital. Dizem que é preciso redobrar o esforço tendo em conta a população e país que têm, afirmando que precisam de ajudar mais os outros e dar a conhecer a esses os seus direitos e exercer cidadania ativa. A constante formação para o ativista F nunca é demais e diz que é preciso também coragem e vontade. O ativista G exemplifica o que pode ser feito: contactar o ministério do interior para a criação de prisões pois a falta de prisões leva à impunidade visto que não há lugar onde colocar os reclusos. Menciona também que é necessária mais intervenção por parte dos ativistas. Outro ativista diz que a Casa dos Direitos devia ser um projeto alargado às outras regiões e não ficar só em Bissau. O ativista J diz que é preciso continuar a parceria e a preparar o Homem, como a formação que estavam a ter no momento sobre o observatório dos direitos humanos. Este diz que um ativista de direitos humanos tem de ter os instrumentos para poder atuar da melhor forma já que com a experiência melhoram as capacidades. Este ativista expressa que as pessoas esperam muito da sua organização e por essa razão, todos individualmente têm que se esforçar para poder dar resposta.

Quando inquiridos se consideram a Guiné-Bissau um país democrático ou em fase de democratização a resposta é unânime: em fase de democratização. Os entrevistados dizem que até têm instituições democráticas, eleições livres e que habitualmente correm bem, porém após essas eleições acontece sempre um golpe de Estado ou Guerra Civil. Os ativistas da LGDH dizem que o povo guineense ainda não sabe o que é a democracia e que estão longe de chegar a um país democrático. Referem que os próprios dois grandes partidos internamente têm pouca democracia e que por causa disso não se pode falar desse sistema quando nem os próprios partidos o são. O entrevistado I afirma que o objetivo é trabalhar muito para que possam ser pelo menos em 80% um país democrático. Na opinião do ativista J os princípios da democracia são mais importantes do que as eleições.

Após essa questão, foram interrogados como percebem a participação das entidades nacionais e estrangeiras na democratização da Guiné-Bissau. As respostas centram-se essencialmente na intervenção da LGDH na democratização na Guiné-Bissau. O ativista C diz que devido à situação política instável, a própria democracia ainda está em falta no país e que, enquanto membros da LGDH, estão a tentar ajudar e remendar as situações mas que essa atitude não é regra dentro das OSC e outras ONG. O ativista D diz que a LGDH sensibiliza e conversa com a população de forma a dar informação sobre a democracia através da rádio. O ativista E explica que é mesmo pela democratização do país que estão a fazer o seu trabalho de forma a inverter a situação do país de forma a entrar no processo de democratização. Este diz que com os constrangimentos de alguns direitos, “um país não deve ficar nesta situação e deve deixar as pessoas fazerem o que acham pertinente para o bem da sociedade”. O ativista F diz que a participação destas entidades tem muita importância na democratização. A falta de conhecimento da população leva a pessoa a ter medo, mas que a LGDH já chegou a quase todas as tabancas de forma a informar e sensibilizar o povo. Afirma convictamente que só com a LGDH é que a democracia pode avançar no país. O ativista G diz que a LGDH intervém nesse processo de democratização através de programas radiofónicos, com sensibilizações e na ajuda às pessoas para que entendam o que são os direitos humanos e a cidadania com o objetivo final de ser um país democrático. O ativista H expressa que estão a contribuir para a democratização do país já que eles e outras entidades estão a ter um grande papel nesse sentido. Refere que sempre que há qualquer situação há vozes de ONG a levantarem-se. O ativista J diz que as OSC contribuem para a democracia mas de forma exógena. Podem ajudar o Estado, os políticos e ajudar a regular o comportamento das pessoas mas que “em África a democracia para quem está no poder serve

para gerir o seu próprio poder”. Conclui, portanto, que as OSC servem para regular, chamar à atenção e “dizer que não é assim que funciona bem o país”.

Como última pergunta foram questionados sobre como perspetivam a sua intervenção no futuro. O ativista C diz que não quer ser líder da LGDH mas que deseja que todos tentem corrigir os erros do passado. O D diz que quer ir mais para a frente quer seja através da LGDH ou de outra entidade para dar o seu apoio ao máximo. O E diz que ainda vai redobrar o esforço para inverter a situação do país e aumentar o nível de alfabetização do país. Diz que o governo da Guiné-Bissau nem se digna a mudar este cenário de baixa alfabetização e deixa a população na ignorância de forma a aproveitar-se disso para chegar ao poder. O ativista F diz que vão fazer com que a “malta da Guiné-Bissau” conheça o valor da LGDH. Futuramente “toda a gente vai ficar debaixo da LGDH”. Enfatiza “nós é que vamos reinar na Guiné-Bissau”, não entrando na política mas que vão reinar. O ativista G quer dar voz a quem não tem voz, mas devagar para não andar depressa demais e cometer erros. Quer continuar a trabalhar na LGDH e enquanto ativista pretende continuar a ajudar. Diz que a LGDH é a sua ONG. O ativista H expressa que têm que dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país e dar a sua opinião. Diz que vai continuar a trabalhar para isso enquanto ativista da LGDH. Finalizando com o ativista J, este menciona que sempre foi um homem dinâmico e que vai continuar a contribuir mais e que essa contribuição é algo que qualquer homem deveria dar à sociedade, enquanto houver saúde. Afirma que tiveram dificuldades mas que estão a trabalhar e a fazer o melhor que podem.

4.3. Colaboradores

Aquando da entrevista os três elementos masculinos entrevistados foram-me apresentados como colaboradores da Casa dos Direitos, como referido anteriormente. Porém, no decorrer das entrevistas apercebi-me que além de colaborarem com o projeto eram também membros da LGDH, sendo este último cargo o oficial. Analisar-se-ão como colaboradores e não como ativistas da LGDH considerando o seu maior envolvimento no projeto da Casa dos Direitos, mesmo que informal.

Os três entrevistados têm idades entre os vinte e oito e os trinta e cinco anos sendo todos residentes em Bissau. O entrevistado K tem o 12º ano de escolaridade, enquanto o L é licenciado em Direito e o M frequenta a licenciatura em Contabilidade e Finanças, em Bissau. Porém, é de referir que dois destes têm dificuldade em falar Português o que tornou a recolha de informação na entrevista mais complexa. É de referir, no entanto, que mesmo não conseguindo desenvolver

algum pensamento em português mostraram-se dispostos a ajudar no que fosse preciso para eu adquirir o conhecimento necessário sobre o tema da investigação.

As suas funções na Casa dos Direitos passam pelo auxílio na logística da Casa e também na logística da LGDH, com sede neste mesmo espaço. O entrevistado L é chefe do gabinete do Presidente da LGDH. Além destas funções o K é assessor no Centro de Acesso à Justiça, o L é advogado estagiário e o M auxiliar contabilístico.

Quando questionados como conheceram este projeto da Casa dos Direitos as respostas foram: através da LGDH, outro menciona que conheceu a LGDH através da rádio e depois de fazer parte desta teve conhecimento sobre o projeto, e o último através da coordenadora da Casa dos Direitos, Cadija Mané. Na questão “como se juntou?”, os entrevistados responderam como se juntaram à LGDH e foi através desse percurso que começaram a colaborar no projeto diariamente. O K juntou-se através de uma familiar, o L juntou-se após ouvir na rádio informações sobre a LGDH e o M juntou-se através da Cadija Mané.



Figura 11 - Centro de Recursos da Casa dos Direitos

A Casa dos Direitos é frequentada por diversas pessoas, entre estudantes universitários, investigadores, estudantes do ensino secundário e membros de organizações. Os entrevistados informam que a maioria das pessoas se desloca à Casa dos Direitos para utilizar a Internet, consultar livros que se encontram no Centro de Recursos e para assistir a palestras/conferências sobre os direitos humanos. Recorrem também a esta organização para fazerem denúncias de violações de direitos humanos já que a sede da LGDH é nas instalações. O entrevistado M diz que propôs um plano de pagamento para quem utiliza a Internet na Casa dos Direitos pois a grande

afluência fez com que houvesse sobrecarga. Contudo, o valor a pagar é simbólico e varia consoante a pessoa (estudante universitário, ensino secundário, investigador).

Quando interrogados como veem este projeto da Casa dos Direitos na Guiné-Bissau o entrevistado K diz que o projeto é importante pois existem várias violações dos direitos humanos, o L assegura que é um projeto com uma importância incalculável pois agrega diferentes organizações não-governamentais e frisa que a própria Casa e a LGDH acabam por agir como um tribunal. Afirmam que dada a situação instável do país e turbulência o projeto é muito importante. O colaborador M diz que este espaço serve sobretudo para promover o diálogo.

Na questão sobre a importância destes projetos para os direitos humanos, estes dizem que é muito importante. No entanto, dos colaboradores, M é o que mais desenvolve a sua resposta dizendo que, sobretudo o espaço é importante pois têm todos os materiais disponíveis para poderem divulgar os direitos humanos. Este diz que o projeto foi criado para promover o diálogo sobre diferentes OSC e que não admitem qualquer atividade de caráter político.

Relativamente à importância da LGDH para a defesa dos direitos humanos o colaborador K diz que na situação atual do país, as pessoas recorrem mais à LGDH para que haja justiça já que essa funciona mal no país. Explica que a LGDH encaminha as pessoas para o Centro de Acesso à Justiça e aí encontram um advogado para a acompanhar já que essa não tem recursos financeiros. O L diz que tem uma importância enorme e que já fez trabalhos excecionais tendo em conta a fragilidade do país. Diz que os casos mais frequentes são as denúncias de casamentos precoces. Informa também que na zona sul do país não há tribunais e que os problemas são resolvidos através do aconselhamento tradicional. Porém, como nem a população nem a polícia tem recursos financeiros nem sempre se deslocam às cidades vizinhas para irem a julgamentos. O colaborador M diz que a LGDH é a mais conhecida no país e que tem muita importância sobretudo nos últimos anos onde tem ajudado nos casos de impunidade. Afirma que o seu papel, a sua voz, está a influenciar a sociedade civil em geral. Exemplifica: um político tinha falado mal da LGDH dizendo que esta era uma organização política. Contudo quando teve um problema recorreu à LGDH para o resolver e pediu perdão pelo que tinha dito, reconhecendo o seu trabalho a nível nacional.

Questionados sobre a importância da LGDH na democratização da Guiné-Bissau o entrevistado K diz que esta ONG é muito importante e que o povo guineense quer um pedido de

perdão por parte de quem cometeu o último golpe de Estado e que a LGDH é contra a lei da amnistia que amnistiou os culpados dos assassinatos de 2008. Diz também que a LGDH trabalha para combater a impunidade. O entrevistado L diz que a nível político a LGDH tem sido muito importante e que esta repudia o projeto da lei da amnistia e que isso é inadmissível. Explica então que os piores casos foram depois do golpe de Estado de 12 de abril e que a LGDH fez uma carta aberta para a assembleia e partidos. A LGDH, em conjunto com outras ONG, fizeram um comunicado de imprensa onde se juntaram e fizeram com que o projeto da lei de amnistia fosse chumbado. Diz que a LGDH é a organização mais credível na Guiné-Bissau e que em cada bairro de Bissau existe uma representação da Liga fazendo com que a informação chegue mais facilmente à população. O colaborador M diz que a democracia foi implantada na Guiné mas que muitas pessoas não a cumprem a 100%. “Como não há liberdade de expressão, isto não é uma democracia” diz o entrevistado, afirmando que uma democracia é onde toda a gente tem uma palavra e há liberdade. Mas diz que a LGDH está a lutar e a fazer o seu trabalho para resolver essa situação.

4.4. Atores externos

Foram oito os atores externos entrevistados para a investigação. Neste conjunto existe um só homem e sete mulheres. Caracterizo-os da mesma forma que os restantes entrevistados (pelas letras do abecedário) referindo a entidade onde trabalham e a sua função. Aquando da investigação não foi pedido anonimato por parte de nenhum dos atores externos.

A entrevistada N é coordenadora a Unidade de Gestão do Programa do PAANE (Programa de Apoio aos Atores Não Estatais) e quando questionada sobre qual o papel do PAANE na sociedade civil guineense, responde que é um programa que apoia todos os atores não estatais, com maior força nuns do que noutros. Tem um papel de reforço através da formação, capacitação, *djumbais*¹⁰, centro de recursos e atividades divulgadas num *website*. Têm também um fundo para financiar os projetos das ONG nacionais, permitindo que estas trabalhem e se sintam desafiadas para conseguir aceder a esses fundos. Isto levou a que existisse um maior número de ONG a atingir níveis de competências organizacionais para que cada uma possa desenvolver melhor o seu papel, ao nível das comunidades como do país, ao nível máximo da governação e democracia, sendo esse talvez o maior desafio, declara a entrevistada.

¹⁰ Palavra do crioulo guineense para descrever encontro de pessoas, convívio, troca de ideias e pensamentos, conversas

Tendo a função que tem dentro do PAANE, questionou-se como a entrevistada via o papel da cooperação internacional no apoio a iniciativas das ONG de direitos humanos, tendo em conta as relações com os governos. Esta diz que tentam reforçar a intervenção das ONG em qualquer das áreas (seja em direitos humanos, ambiente, desenvolvimento) e que há fundos específicos da União Europeia e das Nações Unidas para estas ONG. Afirma também que se tem assistido na Guiné-Bissau a uma série de desmoronamento dos direitos humanos e considera que é uma situação muito desastrosa. Têm uma prioridade em apoiar instituições como a Casa dos Direitos e a LGDH. A entrevistada N declara que desde que houve o golpe de 12 de abril, a UE suspendeu as relações com o governo, dizendo também que as relações se tornaram mais difíceis entre as ONG e os governos. Porém em relação ao PAANE não há uma relação, nem boa nem má.

No momento da entrevista a UE não reconhecia o governo, após o golpe de Estado. Então questionou-se como a entrevistada avaliava a cooperação entre o PAANE e a Casa, respondendo que há uma cooperação entre os dois e que o projeto da Casa é de referência, sendo um espaço vivo de organizações da sociedade civil, independentemente da temática, estando aberta a todos. Em relação à cooperação entre o PAANE e a LGDH a cooperação é como com as outras ONG, mas diz que é uma das ONG mais ativas no país que está a beneficiar do apoio. Diz que a LGDH tem feito um trabalho muito consistente e de muita qualidade. Que tem crescido imenso e mantido a consistência e coerência principalmente trabalhando nesta área. Declara também que a LGDH está de parabéns pelo observatório dos direitos humanos, pelo relatório que elaborou e pelo próprio projeto da Casa dos Direitos.

Questionada sobre como perspetiva a sua intervenção no futuro, a entrevistada N, diz que o projeto em que trabalha tinha duração de três anos mas que foi estendido por mais dois. É uma oportunidade para todos e como há maturidade na equipa isso permite fazer mais e melhor e contribuir para que a sociedade civil cresça.

A entrevistada O trabalha na Cooperação Portuguesa. Quando questionada sobre como vê o papel da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau, tendo em conta os cortes orçamentais que houve para a cooperação, esta explica que a cooperação é importante e que se mantém mesmo apesar de alguns cortes e suspensão de atividades devido ao golpe de Estado. Refere que o programa na área da justiça com a Polícia Judiciária estava suspenso, à data da entrevista, que o

projeto na área da educação terminou em 2012 e que no momento mantinha-se o projeto de qualidade na educação implementado pela FEC (Fundação Fé e Cooperação). Afirma que a Cooperação Portuguesa mantém os apoios diretos às ONG – educação, saúde, segurança alimentar, desenvolvimento rural, abastecimento de água e energia elétrica. Mesmo com os cortes, alguns projetos foram aumentados financeiramente, conseguindo manter o apoio às ONG como o projeto de segurança alimentar em Bafatá, Gabu e Biombo. Chamando a população estrangeira à realidade, a entrevistada diz que há fome na Guiné-Bissau e que os meses de agosto e setembro são os piores, e nos outros restantes há problemas de má nutrição. A Cooperação Portuguesa mantém o apoio ao emprego, segurança social e solidariedade existindo 18 associações envolvidas. A educação é a área principal de apoio e o projeto mais antigo da Cooperação Portuguesa é mesmo a parceria da Faculdade de Direito de Lisboa com a Faculdade de Direito de Bissau, tendo licenciado 420 pessoas. Refere contudo que na Guiné-Bissau os professores têm pouca formação em português, falando geralmente só em crioulo. Não que haja falta de professores de português, mas devido aos maus acessos às regiões e tabancas os professores acabam por deixar de ir dar as aulas. A aposta no português tem sido complicada mas continuam a trabalhar nesse sentido. Mesmo que não assumam isso como preocupação, afirma que a qualidade de ensino é muito má na Guiné-Bissau. Assim como a entrevistada N, refere que a UE suspendeu as relações e apoios ao país mas que continuava a investir na área alimentar e educação. Contudo, explica que a UE é o maior dador e Portugal é o maior a nível bilateral. Diz que mesmo com dificuldades os membros da Cooperação Portuguesa são privilegiados.

Solicitada para analisar a relação entre a Cooperação Portuguesa e a Casa dos Direitos e a LGDH, a entrevistada diz que “tira o chapéu” à LGDH e ao presidente que tem corrido um risco pessoal, tendo também dedicação à causa e feito sacrifícios. Diz que a Casa dos Direitos veio trazer um valor acrescentado referindo que assim a LGDH tem pelo menos um espaço físico. A Cooperação Portuguesa apoia a Casa dos Direitos e indiretamente a LGDH. Diz que o trabalho da LGDH é muito e bom mas ainda há muito a fazer, não querendo criticar a LGDH mas sim a realidade da Guiné-Bissau pois a Cooperação reconhece o excelente papel da LGDH e também da ACEP.

A sua perspetiva quanto à intervenção no futuro é positiva. Diz que ao nível da cooperação portuguesa não lhe parece que vá haver muitas alterações. A cooperação tem dois eixos que são para manter: luta contra a pobreza e o desenvolvimento sustentável. Infelizmente não lhe parece que a situação da Guiné-Bissau vá melhorar substancialmente. Diz que a

Cooperação Portuguesa vai continuar a apoiar a Guiné-Bissau e mesmo com o golpe não se retirou. Os recursos financeiros são poucos e têm de ser melhor direcionados mas que algumas áreas serão sempre mantidas como a educação e o apoio à defesa dos direitos humanos.

A entrevistada P trabalha também ligada ao PAANE e tem como função lançar concursos de apoio financeiro e técnico para as organizações locais. Estes concursos incluem projetos que funcionam nas áreas da impunidade, injustiça, insegurança, violações intoleráveis dos direitos humanos. O PAANE tem também projetos de formação para formar juizes, jornalistas, líderes de organizações e representantes do setor da justiça. Fazendo a LGDH parte de um dos projetos contra a impunidade, a entrevistada considera que são projetos importantes pois a LGDH é das poucas, para não dizer a única, que denuncia as violações dos direitos humanos. Têm encontros com as forças armadas quando é preciso e refere que Luís Vaz Martins teve de sair da Guiné-Bissau temporariamente por não se sentir seguro. Considera que a instabilidade política no país é um problema grave a par do comportamento inadequado das forças armadas. Diz que ainda há muita coisa a mudar, principalmente no Estado, para tudo melhorar e que sem estas ações da LGDH é que não havia esperança. Porém, as forças armadas ameaçam quem tenta manifestar-se e com estas atividades e projetos, a longo prazo, é que farão a diferença para combater esta situação.

A entrevistada Q é jornalista de formação e tem a sua ligação à Casa dos Direitos devido à sua participação na Tiniguena (organização do consórcio da Casa dos Direitos). Foi responsável pela elaboração do boletim informativo, recolhendo as principais informações da Casa dos Direitos e dos membros do consórcio. Participou no projeto sobre os direitos das crianças, em parceria com a AMIC, e no dos direitos das mulheres (projeto suspenso devido ao golpe).

A sua opinião relativamente a este projeto da Casa dos Direitos é positiva. Diz que é uma “ideia gira” e refere o facto do espaço físico ter sido uma prisão onde havia pouca justiça e agora ser um espaço que defende o contrário. Considera que tem o papel de zelar pelos direitos e menciona o facto da situação na Guiné-Bissau relativamente aos direitos humanos deixar muito a desejar. O problema do financiamento também preocupa a entrevistada pois sem ele não dá para

ter mais Casas dos Direitos noutras regiões do país. Sugere que se podia transformar outras prisões e antigos lugares onde as pessoas eram privadas dos seus direitos em casas deste género.

Na sua perspetiva, ainda estão em fase de democratização. Diz que não são uma ditadura mas também não são uma democracia. Na sua opinião, o papel da sociedade civil na democratização na Guiné-Bissau é vital pois durante muito tempo os financiadores não trabalhavam para a população. Critica que os financiadores aparecem no ato de inauguração mas não criam ligação com o povo e diz que é preciso criar esse laço de união. Independentemente da temática, em termos de democracia, diz que um dos papéis que as ONG devem assumir é trabalhar mais com a população a questão do civismo. Ser cidadão não é só ter direitos mas também deveres. Durante o período da entrevista decorria o período de recenseamento e a entrevistada diz que só se fala disso quando há um período eleitoral, e no resto dos anos não. Diz que a população tem tido atenção à voz das ONG pois está sensível a quem os vai governar e como. Mas afirma que as pessoas têm de ter conhecimento do que devem fazer e como, sendo através das ONG que o vão adquirir. Sente que depois do golpe as ONG estão a tentar chegar mais próximo das populações para conhecer as suas realidades de forma a poder ajudar no que é realmente necessário e não na ideia pré-concebida que algumas ONG estrangeiras têm sobre as necessidades do povo da Guiné-Bissau.

O entrevistado R, está ligado ao projeto da Casa dos Direitos através do seu cargo de diretor executivo da Tiniguena. Explica que a ideia da Casa dos Direitos surge em 2010 quando era interessante avançar com um apoio à Liga mas também insistir numa abordagem holística onde os direitos humanos podiam estar mais favorecidos na Guiné-Bissau. Para este, vai mais além de defender os direitos, mas também de mobilizar os diferentes atores no sentido dessas questões serem melhor articuladas.

Quando questionado sobre o projeto da Casa dos Direitos, o entrevistado diz que o grande desafio é recuperar a visão do projeto pois são projetos de ciclo curto, já que este é de três anos. Explica que no primeiro ano estão “a montar tudo”, no segundo estão a iniciar a implementação e no terceiro que está tudo montado, o projeto acaba. Diz que têm como objetivo também conseguir preservar uma organização como a LGDH. Menciona igualmente que estas iniciativas têm de ser vistas como algo que se vai renovando e não que acaba passado três anos.

Ao perguntar qual o papel da sociedade civil na democratização na Guiné-Bissau, o entrevistado diz que a fraqueza da sociedade civil na Guiné-Bissau é que a conceção é muito limitada pelos próprios atores institucionais que veem a sociedade civil só como ONG, não vendo as outras. Diz que o próprio processo de democratização onde as ONG se incluem, porque beneficiaram de recursos para dinamizar junto das comunidades, permitiu gerar tecnologias sociais para diferentes atores no espaço nacional. Por isso, “as OSC na Guiné-Bissau têm um papel não só de complemento ao Estado mas também que desencadeia o próprio Estado porque chegam a zonas onde o Estado não chega”. O entrevistado exemplifica: há zonas onde as estruturas do Estado não existiam, mas a partir de dinâmicas económicas informais que as OSC criaram, levou a estrutura do Estado a chegar a esse local. O entrevistado diz que o papel que as OSC têm vai além da complementaridade. Vai no sentido de abordar o espaço, integrar o espaço, integrar atores no plano de cidadania.

Relativamente à sua intervenção no futuro, o entrevistado diz que continuará ligado à Tiniguena e à Ação Cidadã dando também a sua participação na parte académica.

A entrevistada S é a coordenadora da Casa dos Direitos. Quanto à primeira pergunta relativamente ao funcionamento da Casa dos Direitos começa por explicar o passado do espaço físico que antes era uma prisão desde a época colonial e que só em 2011 é que passa a ser o espaço da Casa dos Direitos. Diz que este espaço pretende ser um espaço de encontro de trabalho entre as diferentes OSC que também trabalham na área dos direitos humanos. Está aberto para iniciativas da Casa dos Direitos como também de outras organizações. Explica que as que têm menor capacidade financeira não pagam para utilizar o espaço para as suas iniciativas. Refere o Centro de Recursos da Casa dos Direitos onde existem livros para consulta e para venda. Têm também forma de aceder à Internet que tinha sido grátis até ao mês em decorreu a entrevista. Para evitar a sobrecarga começaram a cobrar mas também por questões financeiras de forma a ter algo na conta destinada aos fundos da Casa dos Direitos. Explica que têm trabalhado sobre diversas temáticas. O primeiro ano foi dedicado aos direitos das mulheres e passaram e fizeram documentários, vídeos e uma exposição. No segundo ano foi dedicado aos direitos das crianças onde também realizaram um documentário das crianças e trabalharam com a escola EVA (questões ambientais e crianças). Passam filmes habitualmente e têm recebido pessoas que vêm de propósito visitar a casa, como turistas.

Outra questão colocada foi qual a importância deste projeto para a sociedade guineense, onde a entrevistada responde que é um projeto interessante e que as pessoas devem abraçar desta forma. Diz que nem todas as causas estão perdidas e que as pessoas veem este espaço como um sítio onde se podem refugiar, sentir em segurança e pedir ajuda. Explica que “já houve gente a passar a noite” porque não tinham onde ficar e interpretam a casa dos direitos como aquela casa que pode conceder direitos.

Relativamente à questão sobre a sua perceção sobre a participação de entidades como a LGDH e a ACEP na democratização na Guiné-Bissau, a entrevistada diz que a ACEP ajuda a promover as atividades para que tenham andamento como por exemplo o projeto contra a impunidade¹¹. Explica que é preciso coragem para estas entidades debaterem e fazerem com que a população debata sobre este assunto, na situação política do país. “Por mais que haja pressão para não ser feito, é a atitude que se deve ter em democracia.”

Questionada sobre se considera que a sociedade civil na Guiné-Bissau é um fator relevante para a democratização, a entrevistada diz que é e se não é devia ser. Diz que atualmente veem uma certa instabilidade entre as OSC já que existem dois grupos: a) movimento da SC onde a LGDH não faz parte por ter cariz político e b) as organizações que não estão ligadas a nada político. Diz que este momento era o momento em que todas as OSC deviam estar unidas pela mesma causa: o país, sendo neutras e pensar no bem do país como um todo.

A última questão da entrevistada S foi como esta perspetiva a sua intervenção no futuro. De forma orgulhosa responde que não estava à espera que este projeto a levasse a sítios onde leva. Diz que pode fazer mais para que o projeto vá mais longe e que no final dos três anos do projeto não espera ficar por aí. Acredita e espera ter maior desempenho e “vender” o que é a Casa dos Direitos para que não seja um projeto morto. Explica que o projeto precisa e merece mais apoios e quer poder fazer mais exposições para atrair pessoas, apostando também na população mais juvenil para que se desloque à Casa dos Direitos para ler e consultar a Internet.

¹¹ Durante o período da entrevista preparava-se a conferência contra a impunidade. Uma conferência internacional organizada pela LGDH e a ACEP. Além disso, elaborou-se um trabalho que pode ser consultado em <http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/12/LGDH-Guin%C3%A9-Bissau-40-Anos-de-Impunidade.pdf>

A última entrevistada foi a presidente da ACEP (caracterizada por entrevistada T) e contribuiu para a investigação através das entrevistas, de documentação essencial para conhecer o trabalho da ACEP e do projeto da Casa dos Direitos e através do que observei do seu trabalho no terreno, aquando da viagem na Guiné-Bissau. Esta entrevista teve lugar em Portugal já no ano decorrente, no mês de outubro.

Quando questionada sobre o que pretendem fazer após o fim do projeto da Casa dos Direitos, esta esclarece que o projeto não acaba. O financiamento é de três anos mas o projeto foi criado para durar procurando financiamentos de outras formas. Procuram encontrar soluções para gerar receitas como a venda de livros e o aluguer do espaço. Outra alternativa será também o apoio da União Europeia durante dois anos relativamente ao apoio da elaboração de propostas políticas ao nível dos direitos humanos. Este projeto de elaboração de propostas políticas centrar-se-á em propostas de leis ao nível da política nacional de direitos humanos, para a infância, para o direito das mulheres e para o direito dos presos. Além disso visa analisar e criar campanhas de sensibilização para as convenções nacionais que não estão assinadas e as internacionais que foram assinadas mas que, a própria legislação do país, não permite a introdução dessas.

Sobre se o país é democrático ou em fase de democratização a entrevistada diz que a Guiné-Bissau tem uma constituição e um Estado que se rege por essa. Porém a teoria é diferente na prática já que nem sempre é aplicada a constituição. Uma das razões que a entrevistada T aponta para este problema é a fragilidade das instituições, dando o exemplo da justiça pois há locais sem tribunais dificultando o acesso da população à própria justiça. Outro exemplo é o direito à educação. Todos têm esse direito, porém este fica comprometido quando há falhas no sistema de educação nacional, ou porque não há aulas, ou porque não há dinheiro para pagar aos professores, interrompendo o ano letivo, deixando crianças sem acesso à escola e educação. Outra razão para o problema da democracia no país, apresentada pela entrevistada, é a instabilidade política e militar do país que condiciona ciclicamente o funcionamento da democracia no país (exemplo disso são os golpes de Estado). Há a necessidade de reforçar a defesa e a segurança no país. A última razão apontada para o mau funcionamento do país é a pobreza e o escasso acesso aos recursos. Para a entrevistada T esta pobreza vem da instabilidade política.

Sobre o papel da LGDH na democratização na Guiné-Bissau, a entrevistada diz que esta tem um papel fundamental no país pois é a organização em quem as pessoas confiam e onde vão denunciar violações dos direitos humanos. Diz que talvez seja a única em quem confiam no país

para este fim e que a Casa dos Direitos veio proteger a atividade da LGDH e os próprios membros. A entrevistada explica que é a mais importante para os direitos humanos no país pois as pessoas reconhecem que esta tem de ser protegida e que precisa de meios e recursos para poder atuar.

Questionada sobre como percebe o papel da LGDH para a defesa dos direitos humanos na Guiné-Bissau, a entrevistada T diz que esta tem um papel de denúncia e de elaboração de propostas de melhoria da situação dos direitos humanos no país. Através, por exemplo, do observatório dos direitos humanos a LGDH terá dados em que se basear para apresentar os seus resultados. Em vez de se cingir somente a dados das instituições internacionais sobre os direitos humanos, a LGDH terá os seus próprios dados.

Relativamente à importância da Casa dos Direitos e da ACEP para os direitos humanos na Guiné-Bissau a entrevistada começa por explicar que a ACEP está a trabalhar com os guineenses desde 1997. Não tem escritório no local nem sede mas reforça as ONG guineenses, sem os substituir mas reforçando-se mutuamente. Nos últimos anos o objetivo da ACEP no país tem sido a defesa dos direitos humanos e tem facilitado a relação entre as organizações nacionais com as financiadoras internacionais. Tem também contribuído para a capacitação de recursos técnicos como, por exemplo, através de apoio de pessoal para dar formações a membros das ONG locais de forma a capacitá-los de conhecimentos importantes para a sua atuação. Têm também feito uma reflexão conjunta no terreno (entre a ACEP e as ONG com quem trabalham) de forma a averiguar os pontos de situação, procurando também encontrar soluções e inovações sociais e tecnológicas.

Sobre a relação entre a ACEP e a LGDH esta considera que é uma relação de construção permanente de confiança mútua. Refere que é um fator bastante importante para o trabalho conjunto. Esta relação existe há seis, sete anos mas o primeiro projeto só existiu há quatro anos.

A última questão é sobre a sua intervenção no futuro. A ACEP encontra-se na Guiné-Bissau há quinze anos a trabalhar. Esta organização foca-se em duas componentes para o futuro: a primeira é de forma a aproveitar a mudança política do país atualmente (relembra-se que esta entrevista foi realizada após as eleições de 2014) para influenciar na construção do Estado democrático no país através de políticas públicas de direitos humanos de forma a colaborar com o Estado e reforçá-lo. Têm também como objetivo fortalecer o espaço da Casa dos Direitos e as redes das OSC. Não só reforçar a rede existente mas criar espaço para outras redes dentro da Casa dos Direitos, consolidando as já existentes. A entrevistada T afirma que as OSC não

substituem o Estado mas intervêm em colaboração com o Estado clarificando os papéis de cada um.

V Capítulo – Resultados e discussão

"O homem que não tem motivo pelo qual morrer, não tem motivo pelo qual viver" Martin Luther King referida por Y. C.

5.1. Caracterização geral

Como se pode visualizar na tabela 1, foram entrevistadas catorze pessoas do sexo masculino e sete do feminino. As idades dos entrevistados variam entre os vinte e oito e cinquenta e cinco anos de idade. Dezasseis dos entrevistados vivem na capital da Guiné-Bissau, Bissau, e quatro destes habitam em tabancas e regiões fora da capital, e um dos atores externos em Portugal.

Tabela 1 - Caracterização Geral

Caracterização geral	
Sexo Masculino	14
Sexo Feminino	7
Idades	Dos 28 aos 55
Residência em Bissau	16
Residência fora de Bissau	5

Relativamente à caracterização específica dos dirigentes, ativistas e colaboradores da LGDH, como é visível na tabela 2, a escolaridade diversifica entre ensino secundário, bacharelato, licenciatura e outro. Oito possuem o título de licenciados, três de nível secundário, dois de bacharelato e um de outro. Este outro deve-se ao facto do entrevistado não ter especificado o nível de escolaridade, dizendo só a formação técnica que possui.

Tabela 2 - Grau Académico

Grau académico	Nº de entrevistados
Secundário	3
Bacharelato	2
Licenciatura	8
Outro	1

Estes entrevistados estudaram em três locais distintos: Bissau, Portugal e na ex-URSS. Sendo que 12 deles foi em Bissau, um em Portugal e outro na ex-URSS como é visível na tabela 3.

Tabela 3 - Local de Estudo

Local de estudo	Nº de entrevistados
Bissau	12
Portugal	1
Ex-URSS	1

Além de ativistas, membros da direção da LGDH ou colaboradores da LGDH e da Casa dos Direitos, alguns dos entrevistados têm também outras profissões. Um é jurista, outro advogado, quatro são professores e um é observador meteorológico.

Tabela 4 - Profissão

Profissão	Nº de entrevistados
Advogado	1
Jurista	1
Observador meteorológico	1
Professor	4

Nesta questão foram analisados catorze dos entrevistados – dirigentes e ativistas. Os anos de entrada na LGDH alternam entre o fim da década de 80 e início da década de 90 e 2012. Um dos entrevistados não sabia o ano certo de adesão e respondeu “década de 90”. Verifica-se que o ano de entrada é bastante diversificado e que o leque de entrevistados presenciou diferentes períodos da LGDH e do próprio país enquanto membros e ativistas da LGDH.

Tabela 5 - Ano de Entrada na LGDH

Ano de entrada na LGDH	Nº de entrevistados
1989	1
Década de 90	1
1992	1
1993	1
1995	1
1997	1
1999	1
2002	1
2004	1
2005	1
2009	1
2011	1
2012	2

Os dirigentes, ativistas e colaboradores responderam à questão de como tiveram conhecimento sobre a LGDH. Como se pode constatar na tabela 6, seis destes complementam a questão com o que os levou a aderir posteriormente. Em destaque para a descoberta da existência da LGDH encontra-se a resposta “colegas” já que o passa-palavra no meio estudantil e social tem importância, assim como a rádio e os meios de comunicação social do país. Barros (2012: 40) diz que a Guiné-Bissau tem uma rede nacional de rádios comunitárias com cerca de três dezenas de rádios inscritas, que cobrem todo o país, mostrando a importância deste meio de comunicação para a difusão do trabalho da LGDH e da importância dos direitos humanos na Guiné-Bissau. Um dos entrevistados menciona que teve conhecimento da LGDH através da divulgação de uma equipa na região onde este habita. Além do seu conhecimento sobre a LGDH, uma razão que sobressai para a adesão à própria organização é o conflito político-partidário, já que se sentiam descontentes com a situação política do país. O interesse pela LGDH e pelos direitos humanos também foram duas respostas de complemento a esta questão.

Tabela 6 - Conhecimento sobre a LGDH

Como teve conhecimento	Nº de entrevistados
Colegas	8
Rádio	5
Divulgação equipa	1

5.3. Resultados individuais dos Dirigentes

Analisando as repostas às questões só colocadas aos dirigentes, verificam-se alguns pontos importantes. Quanto ao papel da sociedade civil em geral na Guiné-Bissau (ver tabela 7), através das respostas dos dirigentes, conclui-se que a sociedade civil tem um papel de fornecimento de recursos básicos que deveriam ser efetuados pelo Estado, como a água, eletricidade, postos de saúde, escolas, questão ambiental. Este papel da sociedade civil como atores substitutos do Estado é comprovado na bibliografia. Como Barros (2012: 41) verifica, a sociedade civil guineense tem incidência em três polos: a) assegurar os serviços de base (acesso a educação, saúde); b) promoção dos direitos humanos e da cidadania; c) informação, sensibilização e consciencialização (ambiente, conservação, diversificação da produção). Porém, os dirigentes apresentam problemas com que as OSC se deparam na sua atuação. Um dos problemas é a falta de apoio institucional, assim como de recursos disponíveis. O facto dos

técnicos que atuam serem meros voluntários em regime de *part-time* compromete a sua atuação na medida em que não têm também maneira de sustentar as suas próprias ações. Urge a necessidade de capacitar a sociedade civil através de projetos como a Casa dos Direitos que promove ações de capacitação de sistemas e técnicas para maximizar e potencializar as OSC existentes.

Tabela 7 - Papel da Sociedade Civil na Guiné-Bissau

Papel da sociedade civil na Guiné-Bissau	Fornecedor de recursos básicos (água, eletricidade, educação, saúde)
Problemas	Falta de apoio institucional Falta de recursos Técnicos meros voluntários em regime de <i>part-time</i>
Solução	Capacitar as OSC de sistemas e técnicas de forma a maximizar e potencializar

Para o dirigente A e o Presidente, o acontecimento na vida política do país que mais influenciou o rumo da LGDH, no período de 2003 a 2013, foi o **último golpe de Estado a 12 de abril de 2012**. Este evento marcou significativamente a atuação da LGDH já que pôs em causa a própria segurança dos membros da organização ao ponto de se refugiarem no próprio país e posteriormente retirarem-se durante alguns meses do território nacional para estarem em segurança. Mesmo no momento da entrevista, passado já um ano e alguns uns meses do golpe de Estado, o Presidente afirmava que o clima de insegurança ainda se mantinha, já que surgiam ataques durante a noite. Critica-se a situação de incerteza e insegurança da Guiné-Bissau, incidindo na falta de responsabilização por parte de quem comete os golpes e crimes. Além deste último golpe de Estado é mencionada a **Guerra Civil de 98** que assolou o país deixando-o em descalabro e com ausência total de Estado. Nesta altura a LGDH tomou medidas de denunciar os atos de violência, os assassinatos de figuras políticas, tentando chamar à justiça os responsáveis. Entre 2003 e 2013 verifica-se que o acontecimento com mais peso foi o último golpe de Estado, porém também é o mais presente na memória do país e o que ainda afeta o curso de todos.

5.4. Resultados individuais dos Ativistas

Relativamente aos ativistas da LGDH, estes atuam em diversas áreas geográficas, quer seja em regiões ou em tabancas. Quatro dos oito ativistas entrevistados atuam em Bissau, um em Canchungo, um em Quínara, um em Catió e outro em Bissorã.

Tabela 8 - Região onde atua

Região onde atua	Nº de entrevistados
Bissau	4
Bissorã	1
Canchungo	1
Catió	1
Quínara	1

Para ter uma ideia sobre a localização de cada ativista, assinalou-se no mapa abaixo (Figura 12) a distribuição geográfica dos ativistas com as estrelas a vermelho. Desta forma é visível a distância relativamente à capital do país, Bissau, em que estes atuam e desenvolvem o seu trabalho como ativistas.



Figura 12- Mapa: Distribuição geográfica dos ativistas

Após a recolha destes dados, foram questionados sobre a participação da sociedade civil na região onde atuavam. Analisando a tabela 9, conclui-se que a opinião varia consoante o local onde intervêm: os residentes em Bissau veem a participação da sociedade civil de forma

expressiva e visível, tendo um papel fundamental na ajuda à população a nível judicial, a nível de formações e sensibilizações. Os residentes fora de Bissau, a capital, perspetivam a intervenção da sociedade civil como reduzida. Isto é, há poucas OSC, em especial ONG, a atuar, não tendo estruturas em alguns setores. Uma das razões apontadas é o difícil acesso a esses locais e a fraca intervenção do próprio Estado nas tabancas, setores ou regiões mais distantes da capital. Ambos consideram a LGDH como a mais importante da sociedade civil guineense afirmando que esta não se mistura com a política, apontando essa falha às restantes OSC, sem mencionar quais.

Tabela 9 - Participação da sociedade civil na região

Ativistas	Participação da sociedade civil na região onde atuam
Residentes em Bissau	Expressiva Visível Papel fundamental a nível judicial Formações Sensibilizações LGDH como a mais importante da sociedade civil guineense
Residentes fora de Bissau	Reduzida Poucas ONG a atuar OSC sem estrutura LGDH como a mais importante da sociedade civil guineense atuando em todas as regiões Problema de maus acessos Problema da ausência do Estado em algumas tabancas, setores ou regiões

Sobre o seu papel como ativistas todos consideram ser muito importante para a sociedade guineense, tendo sido várias as razões que apontam para justificar a importância do seu papel: dão voz a quem não a tem, ajudam a população que necessita de apoio, a LGDH é responsável, segundo os ativistas, por a população já começar a saber o que é a democracia, ajudam a mudar a consciência das pessoas, e mencionam o Centro de Acesso à Justiça como um pilar para a justiça do país já que existe uma falta de confiança nas instituições judiciais nacionais. Através deste Centro de Acesso à Justiça a população consegue ter direito a um advogado e a aconselhamento judicial. Verifica-se a sua grande preocupação sobre a falta de liberdade de expressão. No que respeita à sua intervenção enquanto ativistas e membros da LGDH a classificação geral é também positiva.

Tabela 10 - Papel como ativista

Papel muito importante porque:
Dão voz a quem não tem voz
Ajudam a população
LGDH responsável pelo conhecimento sobre a democracia

Mudam a consciência às pessoas
Centro de Acesso à Justiça

Sobre o que mais podia ser feito além do que a LGDH e o projeto da Casa dos Direitos já fazem, sugerem que é preciso ter mais coragem, reforçar a sua atuação no terreno devido à violência que aconteceu depois do golpe de Estado, redobrar o esforço tendo em conta a população e o país, ajudando mais os outros e dar a conhecer a esses os seus direitos levando-os a uma cidadania ativa. Sugerem a constante formação, uma maior intervenção por parte dos ativistas, a criação de mais prisões, alargar o projeto da Casa dos Direitos a mais regiões, capacitar os ativistas de direitos humanos de instrumentos para atuarem da melhor forma. Como as pessoas esperam muito da LGDH faz com que estes tenham que se esforçar para poder dar resposta às necessidades da população. As opiniões são diversificadas mas todas têm um objetivo comum: melhorar o que já fazem sem nunca desistir.

Tabela 11 - O que pode ser feito

O que mais pode ser feito
Coragem
Reforçar a sua atuação
Redobrar o esforço
Aumentar o conhecimento das pessoas sobre os seus direitos
Formação
Mais intervenção por parte dos ativistas
Alargar o projeto da Casa dos Direitos a mais regiões
Instrumentos/recursos para os ativistas

5.5. Resultados sobre a Casa dos Direitos

A diferença entre a Casa dos Direitos e a Liga Guineense dos Direitos Humanos não está explícita nas respostas de todos os entrevistados. Sabe-se que a Casa dos Direitos além de ser um projeto partilha também o espaço com a sede da LGDH. Esta partilha do espaço físico leva à confusão entre o projeto e a organização. Contudo, os dirigentes diferenciam bem as duas situações. Reconhece-se que sabem que a Casa dos Direitos é um projeto que agrega várias organizações e dá apoio aos *decision makers* e que esta não substitui nenhuma ONG mas que reforça a coordenação entre as organizações do consórcio. Além disso é o espaço da sede da LGDH.

Os ativistas tiveram conhecimento sobre o projeto da Casa dos Direitos por diferentes vias: quatro através da direção da LGDH e outros três automaticamente já que colaboraram na

sua implementação. Um dos ativistas conheceu o projeto após a LGDH se ter mudado para as suas instalações. Estes ativistas frequentam a Casa dos Direitos em ocasiões de formação, de apoio em projetos e atividades, inclusive alguns diariamente. Já os colaboradores conheceram este projeto através da sua participação na LGDH e um dos elementos deste grupo de entrevistados conheceu o projeto através da coordenadora da Casa dos Direitos, Cadija Mané. Após esse contacto começaram a colaborar com o projeto diariamente.

Os colaboradores identificam quem frequenta a Casa dos Direitos: estudantes do ensino secundário e universitários, investigadores, membros de outras organizações. As razões para estas deslocações centram-se no acesso à Internet, que até dias antes da entrevista era grátis, para consultar livros que se encontram no Centro de Recursos da Casa dos Direitos, para assistir a palestras ou conferências sobre os direitos humanos, ou para denunciarem casos de violações de direitos humanos já que aqui se encontra a sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos. Na entrevista à coordenadora da Casa dos Direitos soube-se que tem crescido também o número de turistas que se deslocam às instalações através de turismo responsável. As formações dadas nestas instalações são igualmente uma razão para a visita.

Tabela 12 - Quem frequenta a casa/razões

Quem frequenta a Casa dos Direitos	Estudantes do ensino secundário Estudantes Universitários Investigadores Membros de outras organizações Turistas
Razões	Internet Consulta de livros Palestras/conferências Formações Denúncias de violações de direitos humanos

A perspetiva dos colaboradores sobre este projeto é positiva. Consideram-no importante devido à existência frequente de várias violações de direitos humanos no país. O facto de agregar diferentes organizações não-governamentais neste consórcio a par da importância deste projeto e da LGDH dada a instabilidade e turbulência do país no momento da entrevista é igualmente importante. Também importante é a Casa dos Direitos e a LGDH agirem como um tribunal. Isto é, como já foi referido, providenciam advogado para os queixosos, acompanhamento e

aconselhamento nos casos. A falta de confiança nas instituições públicas é elevada levando a que a população recorra à Casa dos Direitos para se poder defender.

A opinião dos atores externos sobre o projeto da Casa dos Direitos é igualmente positiva. Existe uma cooperação entre o PAANE e a Casa, e a coordenadora do projeto do PAANE diz que a Casa dos Direitos é um projeto de referência já que é um espaço vivo de OSC, aberto a todos. Também a entrevistada da Cooperação Portuguesa menciona que a Casa dos Direitos trouxe valor acrescentado ao país e às OSC, com especial destaque para a LGDH que passou a ter uma sede. Já a entrevistada Q participou quase desde o início no projeto da Casa dos Direitos e, além de ter sido responsável pela elaboração do boletim informativo, participou também no projeto sobre os direitos das crianças e das mulheres. Esta entrevistada gostaria de ver mais Casas dos Direitos noutras regiões sugerindo o uso de antigas prisões para esse feito, seguindo o princípio desta Casa. O entrevistado R, considera que o grande desafio deste projeto é recuperar a sua visão pois são de ciclo curto. Na perspetiva da coordenadora da Casa dos Direitos, para a sociedade guineense, este projeto demonstra que nem todas as causas estão perdidas e que a população vê este espaço como um local onde se podem refugiar e sentir em segurança. Por último, para a entrevistada T a Casa dos Direitos além de ser um espaço de trabalho em rede, tem como objetivo a criação do espaço e proteção da LGDH. Para concluir, o projeto da Casa dos Direitos está a ter um impacto positivo no país, quer na perspetiva dos membros da LGDH quer na perspetiva dos atores externos. Este projeto é uma mais-valia para as organizações da sociedade civil guineense, em destaque para a LGDH.

5.6. Resultados conjuntos

5.6.1. Importância da LGDH para os direitos humanos na Guiné-Bissau

A importância da LGDH para os direitos humanos na Guiné-Bissau é central. Para os dirigentes a LGDH é uma alternativa face ao Estado na luta para a consolidação da paz e do Estado de direito e democrático. Refere-se este aspeto várias vezes já que a população, segundo os entrevistados, acredita e confia mais na LGDH do que nos tribunais e na justiça na Guiné-Bissau para encaminhar o processo de justiça. Também para os colaboradores, as pessoas recorrem à LGDH, para que haja justiça já que essa funciona mal no país, através das denúncias e do aconselhamento que recebem por parte do Centro de Acesso à Justiça. Um exemplo disto é a ausência de tribunais na zona sul do país o que leva ao simples aconselhamento tradicional para resolver os problemas. Porém, além da população não ter recursos financeiros a própria polícia

também não os tem para atuar e para se deslocarem às cidades vizinhas para irem a julgamentos. Para os dirigentes existem duas visões sobre a Liga: a visão interna onde a Liga é mais uma OSC, uma mais-valia e a principal ONG de direitos humanos com lugar de destaque. E a visão comum: a única alternativa face ao Estado e o principal ator no processo de democratização. Esta organização tem o papel de promover e defender os direitos humanos e tem lutado afincadamente pelos princípios legais e democráticos no país. Mesmo a Liga não tendo meio coercivos a população recorre a esta organização para apresentar queixa de violações de direitos humanos. A Liga é a mais conhecida no país e está a influenciar a sociedade civil em geral, segundo os colaboradores. É reforçada a importância da LGDH após o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 já que a população não tem em quem confiar senão na Liga pois esta pronuncia-se e é a única que fala no país segundo os próprios dirigentes. Esta tem atuado nos casos de impunidade para que sejam chamados à justiça quem comete os crimes. Também no grupo dos atores externos, a entrevistada T menciona que a LGDH é a ONG de direitos humanos em quem a população mais confia para fazer denúncias de violações mas não a considerando como uma alternativa ao Estado.

Tabela 13 - Importância da LGDH para os Direitos Humanos

Importância da LGDH para os direitos humanos	Entrevistados
Alternativa face ao Estado	Dirigentes
População confia mais na LGDH para atuar na justiça do que no próprio Estado	Dirigentes, Colaboradores
Principal ator no processo de democratização	Dirigentes
Principal ONG de direitos humanos	Dirigentes, Colaboradores, Ator Externo T
Luta contra a impunidade	Colaboradores

5.6.2. Importância da Casa dos Direitos e entidades estrangeiras para os Direitos Humanos e sociedade civil na Guiné-Bissau

A conclusão geral sobre este ponto é: a intervenção das entidades estrangeiras e o papel da Casa dos Direitos é positivo. Tanto para os ativistas, como para os dirigentes e os colaboradores estas entidades estrangeiras são as principais fontes de financiamento para as suas atividades e sem elas não poderiam atuar na Guiné-Bissau. Na bibliografia encontra-se informação que corrobora esta ideia, pois Barros et. Al. (2006: 29) dizem que uma das fragilidades das ONG desde o seu aparecimento é o facto de estas dependerem em quase 98% do apoio

externo, por essa razão, a sua debilidade financeira, “resulta da fraca capacidade de auto financiamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno”.

Também perspetivam que as entidades nacionais e estrangeiras são os principais parceiros na consolidação da democracia através da defesa e promoção dos direitos humanos e lutando a par com a LGDH contra a violência, as violações dos direitos humanos, furtos, roubos, mortes. Reforçam que se não fossem essas entidades não teriam como exercer também as suas atividades devido ao país que têm. Reconhece-se que é difícil para uma pessoa estrangeira entrar no país e mudar a mentalidade da população mas consideram relevante essa participação. Elogiam a ACEP no seu trabalho com o projeto da Casa dos Direitos e o seu apoio à Liga, dando ênfase às formações dadas na Casa dos Direitos. Estas entidades estão a contribuir bastante principalmente na consolidação da paz na Guiné-Bissau. Um dos entrevistados mostra-se mesmo agradecido à ACEP por ter aceitado trabalhar num país como a Guiné-Bissau, já que é um país que precisa de parceiros para poder ajudar a população.

A Casa dos Direitos veio preencher uma lacuna: falta de estruturas que capacitem as outras ONG através de estudos, assistência técnica, conhecimento nessa área. Este projeto concede um espaço físico que pode ser partilhado por todas as organizações mas também um espaço de concentração dessas, focadas na procura de soluções dos problemas que o país tem. Era um projeto que as ONG precisavam há muito tempo para se sentirem fortes e coesas e tem tido um papel indiscutível na promoção e divulgação de todos os direitos. Serve como um elo de ligação entre as diferentes ONG e é ao mesmo tempo um espaço de concentração destas. Para os colaboradores da Casa dos Direitos o projeto é importante, sobretudo o espaço, pois têm todos os materiais disponíveis para poderem divulgar os direitos humanos. Neste espaço não admitem qualquer atividade de carácter político-partidário.

Na perspetiva de ator externo sobre esta questão, a entrevistada T diz que a ACEP, sendo uma entidade estrangeira, não substitui as ONG guineenses mas que há um reforço mútuo entre ambas. A ACEP trabalha com ONG guineenses desde 1997 e tem contribuído para a defesa dos direitos humanos. Facilita a relação entre as ONG locais e as organizações internacionais financiadoras e dão apoio técnico. Trabalham em cooperação com as ONG locais de forma a capacita-las de ferramentas importantes para o seu desempenho e objetivos.

5.6.3. Democracia ou em fase de democratização?

A pergunta com a resposta mais unânime de toda a investigação é esta: a Guiné-Bissau é um país em fase de democratização. Há quem diga que não é uma ditadura mas também não é uma democracia. Sabe-se que o país abriu as portas à democracia e em 1994 teve as primeiras eleições livres, porém a opinião de todos os entrevistados guineenses é oposta. Estes afirmam que não chegam eleições livres e instituições democráticas para um país ser considerado democrático. Assim como Sen (2001: 10) menciona além de eleições livres também é necessário existir a proteção dos direitos e liberdades, respeito pelos direitos legais, e a garantia da discussão livre e sem censura de distribuição de notícias e comentários justos. Também Fayemi (2009: 104) explica que sem garantias efetivas de liberdades civis, as eleições não constituem a democracia e que além destas são necessárias garantias de direitos civis básicos como a liberdade de expressão, associação e reunião. Partilhando esta ideia e complementando-a Diamond et al. (1997: XIV) explicam e opinam, esta onda de democratização em África onde a Guiné-Bissau se insere, examinada ao pormenor é uma ilusão, pois o facto de existirem eleições regulares, livres e justas não assegura a presença de outras dimensões importantes da democracia. Estes autores referem a importância da necessidade de uma democracia ter certas características (liberdade individual e de grupo, pluralismo na sociedade civil e nos partidos políticos, controlo civil sobre o militar, instituições que assegurem a responsabilização, e leis que assegurem um sistema judicial independente e imparcial). Um dos atores externos enfatiza que os problemas do país centram-se na fragilidade das instituições, principalmente no difícil acesso da população à justiça já que não existem tribunais em todas as regiões; outro problema é a instabilidade política e militar que condiciona ciclicamente o funcionamento da democracia (golpes de Estado); e o último a pobreza e o acesso a recursos, resultantes da instabilidade política.

5.6.4. Papel da LGDH na democratização na Guiné-Bissau

A pergunta fulcral desta investigação centra-se na importância e no papel desta organização na democratização na Guiné-Bissau. O país encontrava-se frágil na altura das entrevistas devido ao golpe de Estado no ano anterior, 2012, o que tornou este assunto mais sensível e consciencializado para todos os entrevistados. Esta questão foi colocada aos dirigentes, ativistas, colaboradores e aos três atores externos guineenses já que importava recolher a informação vinda dos próprios habitantes deste país.

O facto de a LGDH ter sido criada antes da abertura democrática em 1994 ajudou no processo de abertura. Monga (1996: 98) refere mesmo que o início do período pós-colonial foi um

marco para a ascensão das sociedades civis africanas. Existe a opinião de que é impossível falar dos direitos humanos sem um ambiente político e sistema que reconheça e tenha o Homem no centro das atenções. Na perspectiva de Linz e Stepan (2001: 94) nenhum regime deveria ser chamado de uma democracia a menos que os seus governantes governem democraticamente. Se os governos eleitos livremente (não importa a magnitude da sua maioria) violam a constituição, violam os direitos dos indivíduos e das minorias, incidem sobre as funções legítimas do legislativo e, assim, deixam de governar dentro dos limites de um Estado de direito, os seus regimes não são democracias. Também para Hadenius (1992: 7), no seu estudo sobre democracia, este afirma que o fato de existir uma forma de governo não significa que esse seja apelidado de "democrático". E este é o caso da Guiné-Bissau onde o país vai tendo governos com eleições livres mas que não é considerado pelos próprios guineenses um país democrático.

A perspectiva geral é que a Liga Guineense dos Direitos Humanos é um elemento fulcral no processo de democratização no país. A Liga Guineense dos Direitos Humanos promove os direitos democráticos e foi demonstrando com firmeza e determinação a sua posição, principalmente depois do último golpe de Estado, tentando ter uma participação ativa no processo de democratização. Há quem afirme afincadamente que é o principal ator nesta transição e esta opinião vem não só de dirigentes mas também de colaboradores. Mesmo que *per se* não atue diretamente na área da democracia, através das ações que promove e realiza contribui para a mudança de sistema no país.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos procura contribuir para a democracia no país através de várias ações. Esta organização sensibiliza e conversa com a população de forma a dar informação sobre a democracia através da rádio, das campanhas de sensibilização nas tabancas e regiões, das formações e palestras, e do Centro de Acesso à Justiça. Ao entenderem o que são os direitos humanos intrínsecos a qualquer Homem, o que é a cidadania e como a praticar, a aprender que além de direitos têm também deveres para com a sociedade, estão a transformar a Guiné-Bissau num país onde a democracia tem o caminho livre para ser implementada. Outra ação importante e determinante para o papel da LGDH neste processo democrático é a sua luta contra a impunidade. Os entrevistados guineenses dizem que é mesmo pela democratização do país que estão a fazer o seu trabalho de forma a inverter a situação do país de forma a entrar no processo de democratização. A falta de conhecimento da população leva a pessoa a sentir medo

mas a LGDH já chegou a quase todas as tabancas¹² de forma a informar e sensibilizar o povo. Segundo membros da LGDH, só com a Liga é que a democracia pode avançar no país até porque o conhecimento que a população adquire sobre o que se deve ou não fazer vem pelas OSC. Para estes as OSC servem para regular, chamar à atenção e dizer que não é assim que o país funciona bem. Na perspectiva de Lijphart (1999) ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela do Estado, ter partidos políticos representativos e ver desenvolvida a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa de governo é importante para a democracia e democratização dos países.

O último golpe de Estado de abril de 2012 foi determinante para as ONG no país e para a população. Depois deste, as ONG estão a tentar chegar mais próximo das populações para conhecer as suas realidades de forma a poder ajudar no que é realmente necessário. As OSC no país têm um papel não só de complemento ao Estado mas também que desencadeia o próprio Estado porque chegam a zonas onde o Estado não chega. Há zonas onde o Estado não estava presente mas a partir de dinâmicas económicas informais que as OSC criaram, levou a estrutura do Estado a chegar a esse local. Diamond (2008) argumenta que o Estado em África não foi capaz de institucionalizar os princípios de governação democrática, na medida em que os cidadãos já se retiraram do Estado. Assim, para este autor, as organizações da sociedade civil tornaram-se importantes por desempenharem o papel de provedor de serviços, onde o Estado é incapaz de o fazer, preenchendo um espaço importante entre os cidadãos e o Estado. E Diamond conclui que a sociedade civil é um “fator extremamente importante em todas as fases do processo de democratização” (Ambrose, 1995: 19-20). A construção de instituições e processos democráticos em regimes autoritários em África devem ter “fortes raízes nas comunidades locais, participação significativa dos membros, processos internos relativamente democráticas e estruturas, e autonomia substancial do Estado” (Ambrose, 1995: 19-20).

Porém, na Guiné-Bissau, na perspectiva de um entrevistado, continuam as lutas pelo poder e as diferentes etnias apoiam os candidatos por serem da sua etnia e não pelo seu desempenho político ou ideias. Em África a democracia para quem está no poder serve para gerir o seu próprio poder e os casos de violência aumentaram após o golpe de Estado de 2012. É preciso coragem para estas entidades debaterem e fazerem com que a população debata este assunto, na situação política do país. Verifica-se alguma instabilidade entre as ONG pois há dois grupos: movimento da sociedade civil que tem cariz político, e o grupo onde se insere a LGDH sem cariz político em que o

¹² Termo utilizado para povoação ou localidade na Guiné-Bissau

importante é o bem do país. Este período era o momento em que todas as OSC deviam estar unidas pela mesma causa: o país, sendo neutras pensando no bem do país como um todo. Encontra-se esta situação na bibliografia quando, por exemplo Fayemi (2009: 104) refere que esta tendência de democratização a tomar forma em muitos países da África, paradoxalmente, ainda não produziu o resultado esperado de transformação social, como casos de guerra civil, genocídio, a pobreza, a corrupção, a insegurança, entre outros ainda pontilham o caminho de muitos Estados africanos. Mesmo a pressão da ação internacional pela liberdade universal humana e da vida com dignidade, juntamente com promessas de melhoria das relações bilaterais para os Estados não ditatoriais, tendo estimulado a unidade interna para a democratização em África, a mesma ainda não se verifica na plenitude na Guiné-Bissau.

5.6.5. Intervenção no futuro

Para finalizar as entrevistas colocou-se a questão sobre como percebem a sua intervenção no futuro. Para os dirigentes, ativistas e colaboradores da LGDH e da Casa dos Direitos, a vontade de fazer mais e melhor é geral e com um país com miséria reconhecem que é importante que haja pessoas com vontade e determinadas a mudar essa situação. Pretendem dar o seu apoio máximo ao país, redobrar o esforço de forma a inverter a situação do país, um refere mesmo que vão fazer com que a “malta da Guiné-Bissau” conheça o valor da LGDH, e que futuramente toda a gente vai ficar debaixo da LGDH, enfatizando “nós é que vamos reinar na Guiné-Bissau”. Não como líderes políticos mas como organização de destaque para a proteção dos direitos humanos e democratização no país. Têm o objetivo de continuar a dar voz a quem não tem voz, atuando devagar para não andar depressa demais e cometer erros. O sentimento de pertença sobre esta organização é visível em praticamente todos os entrevistados. Falam dos seus planos futuros e da organização como se fosse deles. O presidente da LGDH sabe que a maioria das pessoas acredita que ele e os membros da LGDH, através dos valores que defendem e proclamam, vão contribuir para uma Guiné-Bissau mais justa. Esperam abraçar novos desafios, abrir outras estruturas do Centro de Acesso à Justiça para que possa chegar a mais gente, procuram melhorar a capacidade da LGDH e um pretende mesmo fazer carreira em direitos humanos para possuir as ferramentas essenciais de forma a servir melhor a organização. O presidente da LGDH acredita que existirá um espaço para as pessoas que se dedicam à defesa dos direitos humanos sem ter de recorrer a instâncias ou instituições internacionais. Pretende continuar a contribuir para o desenvolvimento do país e concretizar os sonhos de Amílcar Cabral: poder garantir pão, saúde, educação e mostrar à face do mundo que são povo com dignidade.

Já os atores externos também partilham o sentimento de continuar a contribuir para um mundo melhor. Os projetos em que se encontram têm um tempo limite mas pretendem dar o seu máximo enquanto o estão a realizar. A responsável pela Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau diz mesmo que a Cooperação Portuguesa irá continuar a apoiar o país e que mesmo com o golpe de Estado não se retirou. Porém, esta não acredita que a situação no país fosse melhorar substancialmente a curto prazo. Também os outros entrevistados pretendem continuar ligados às ONG de que fazem parte. A coordenadora da Casa dos Direitos tem a vontade de fazer com que o projeto vá mais longe e que no final dos três anos deste, o projeto não pode terminar por aí. Deseja que não seja um projeto morto e aumentará o seu desempenho para que isso não aconteça. E a presidente da ACEP afirma que com a mudança política do país depois das eleições de 2014, a ACEP pretende aproveitar essa mudança para influenciar na construção do Estado democrático no país através de políticas públicas de direitos humanos, colaborando com o Estado.

Numa perspetiva geral pretendem contribuir para o bem do país através dos projetos de que fazem parte e de situações futuras, colocando sempre o desenvolvimento do país e das pessoas em primeiro lugar.

5.6.6. Fatos observáveis no terreno

Nos dias passados na Guiné-Bissau tive a oportunidade de presenciar, feliz ou infelizmente, três casos de denúncias de direitos humanos. Estas pessoas com três diferentes casos deslocaram-se à sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos, na Casa dos Direitos, de forma a denunciar a violação e a pedir auxílio.

O primeiro caso foi uma cidadã do sexo feminino, que visivelmente tinha sido espancada. Esta deslocou-se à LGDH para denunciar que polícias no aeroporto lhe tinham batido de forma brutal. O primeiro impacto para quem está a observar de fora e vem de um mundo democrático é chocante. Porém, para um guineense estas situações não chocam da mesma forma mas fazem com que, quem tem determinação para mudar a situação do país, atue rapidamente lutando contra estes episódios. Observei que o caso foi rapidamente encaminhado, tendo um membro da organização anotado o episódio de forma a encaminhar e dar seguimento à situação. Por estar nos meus primeiros dias no país e por a pessoa poder não ficar à vontade, não fui conversar com a cidadã em questão. Questionei um dos colaboradores para me explicar a situação.

O segundo caso foi um jornalista da Guiné Conacri que se dirigiu à LGDH para pedir asilo, já que teve de fugir do seu país. Este caso foi tratado com membros da direção e não foi possível ter acesso ao encaminhamento da situação, porém, foi perceptível a postura inquieta devido à insegurança e ao mesmo tempo de segurança por se encontrar naquelas instalações.

O terceiro caso observado foi de três mulheres que se deslocaram à Casa dos Direitos para denunciar perante a LGDH a prisão dos seus maridos. Tive oportunidade de conversar com as senhoras através de um colaborador. Estas falavam somente crioulo e por isso foi necessário alguém que traduzisse. O primeiro impacto foi de rejeição por parte destas. Ficaram assustadas e desconfiadas por alguém de fora da organização querer falar com elas para saber o que se passou. O medo de falar foi bastante visível. Contudo, com a ajuda do colaborador, foi possível recolher algumas informações. Os seus maridos tinham sido levados pela polícia e estas não sabiam do paradeiro deles. Entretanto, devido ao encaminhamento da LGDH, soube-se que estes estavam presos, sem julgamento. Um caso bastante frequente no país já que a polícia atua de forma não legal nem de acordo com os direitos e deveres democráticos. A população é presa, espancada, ameaçada sem que haja intervenção do Estado para controlar a situação democraticamente. Infelizmente, as injustiças verificam-se nos mais simples casos do dia-a-dia. A LGDH intervém da melhor forma que consegue dando aconselhamento judicial e indicando um advogado para acompanhar o caso através do Centro de Acesso à Justiça.

Outro caso não observado mas contado pela própria pessoa foi um dos entrevistados ter sido mandado parar pela polícia e multado devido às suas opiniões que manifestou num programa radiofónico. A polícia ameaçou dizendo que não queriam que dissessem determinadas coisas na rádio. Estes casos observados demonstram claramente a insegurança e a falta de democracia no país. Em dez dias ter a possibilidade de observar uma variedade de casos de violações de direitos humanos foi uma mais-valia para a investigação tornando-a mais rica e consistente, podendo basear-me não só nas entrevistas mas também no que foi observado.

Nota conclusiva

Durante o período da investigação no terreno, em finais de 2013, como já referido anteriormente, o país encontrava-se em fase de recenseamento eleitoral com eleições presidenciais e legislativas marcadas para o início do ano seguinte (2014). Os dados recolhidos foram analisados já em 2014 após as eleições onde o PAIGC ganhou, tanto nas legislativas como

nas presidenciais. Com isto, as notícias guineenses e internacionais foram demonstrando a ideia da possível mudança através do atual governo, denotando a esperança dos guineenses e da comunidade internacional para que estes mandatos sejam cumpridos até ao fim sem que haja outro golpe de Estado. Não podendo prever o futuro, aguardam-se os resultados deste governo e das ideias promissoras que este tem com esperança numa mudança positiva a longo prazo para a Guiné-Bissau.

Conclusão

Esta dissertação de mestrado surgiu do reconhecimento da ausência de estudos sobre o caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos na democratização no país. O tema até à data ainda não tinha sido abordado, tornando importante esta dissertação na medida em que analisa uma realidade ainda por explorar. Além da lacuna na literatura relativamente ao papel desta ONG de direitos humanos na democratização, percecionei igualmente a falta de informações básicas sobre a organização, optando por explorar não só o seu papel em determinados assuntos, mas também dados relativos à sua formação e funcionamento.

A sociedade civil tem um papel extremamente importante em todas as fases da democratização (Diamond, 2008) e com esta investigação é possível concluir que a Liga Guineense do Direitos Humanos tem um papel fulcral na promoção dos direitos democráticos assim como na defesa e divulgação dos direitos humanos, condição essencial a qualquer democracia. Esta organização possui um estatuto no país de principal ONG de direitos humanos e é vista pela população como a organização a que podem recorrer sempre que necessitem de ajuda.

Tendo o estudo de caso recaído sobre o papel da Liga Guineense dos Direitos Humanos na democratização no país, assim como o projeto da Casa dos Direitos, foi importante recolher o máximo de informação possível sobre a ONG em questão que, até à data do início da investigação, não tinha informação disponível *online* ou em bibliografia para servir de base ao estudo de caso. Foi importante recolher, portanto, dados simples como a data de criação da LGDH e o seu funcionamento. Para esta recolha foram realizadas entrevistas e observação no terreno, na Guiné-Bissau.

A oportunidade de desenvolver observação no terreno e contactar diretamente os atores envolvidos permitiram a recolha de dados essenciais para o estudo, tendo sido possível entrevistar vinte e duas pessoas direta e indiretamente ligadas à Liga Guineense dos Direitos Humanos e à Casa dos Direitos. As entrevistas estão divididas em quatro grupos: dirigentes, ativistas, colaboradores e atores externos. Foram entrevistados mais elementos do sexo masculino do que feminino. De notar que os atores externos entrevistados são na maioria mulheres, ao passo que os elementos guineenses entrevistados ligados diretamente à LGDH e à Casa dos Direitos são maioritariamente do sexo masculino. Relativamente aos dirigentes, ativistas e colaboradores, oito em catorze entrevistados tem o grau académico de licenciatura, tendo doze

destes estudado em Bissau. Sobre o ano de entrada para a LGDH, as datas variam bastante desde a década de 90 ao ano de 2012. É de frisar que o conhecimento sobre a existência e trabalho da LGDH chegou aos entrevistados a partir do passa-palavra entre colegas e através da rádio, demonstrando o peso da rádio no país para divulgar informações de interesse nacional.

Quanto ao papel da sociedade civil em geral na Guiné-Bissau conclui-se que esta tem um papel de provimento de recursos básicos que deveriam ser efetuados pelo Estado como a água, a eletricidade, o serviço de saúde e a educação. Na perspetiva dos entrevistados a sociedade civil é vista como ator substituto do Estado e de facto a provisão destes serviços deveria ser responsabilidade do Estado guineense e não das OSC. É apontado que as OSC no país têm problemas ao nível da falta de apoio institucional, de recursos, e dos técnicos serem voluntários muitas vezes em regime de *part-time*. Na perspetiva dos ativistas da LGDH a intervenção da sociedade civil em Bissau é expressiva e visível. Complementarmente os ativistas que residem e atuam fora de Bissau, em regiões com maus acessos à capital e a outros pontos do país, veem esta atuação da sociedade civil como reduzida. Afirmam que são poucas as ONG que intervêm, que não existe uma estrutura forte para a atuação, que em algumas zonas nem o Estado chega ao local para fornecer os bens essenciais à população, mas destacam a presença da LGDH que felizmente conseguiu chegar a todas as regiões do país marcando a sua posição de destaque na sociedade guineense.

O projeto da Casa dos Direitos entra no país como uma solução para este problema já que capacita as ONG de estudos, assistência técnica, transmissão de conhecimento na área dos direitos humanos e outros recursos importantes à atuação das ONG guineenses no país. Este projeto surge no país em 2011 e encontrava-se ativo durante o golpe de Estado de 2012. Este último golpe de Estado determinou tanto o percurso da LGDH como a atuação das ONG estrangeiras no país já que deixou o país num clima de alta instabilidade política e social e insegurança sendo necessário intervir de forma a proteger os direitos dos cidadãos guineenses responsabilizando os autores do golpe de Estado. A Casa dos Direitos vive os seus primeiros anos nesta instabilidade política e caos social tendo de interromper um dos seus projetos em curso mas nunca desistindo da sua missão: promover um ambiente favorável à realização dos direitos cívicos, sociais, económicos, culturais e ambientais, contribuindo para o reforço de clima de diálogo, coesão social, participação cívica e para a manutenção da paz, para um o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau e o bem-estar das populações. É portanto um projeto fundamental para que as ONG se sintam fortes e coesas funcionando também como um

elo de ligação entre elas. Os intervenientes neste projeto sugerem a criação de mais Casas dos Direitos no país, noutras regiões, de forma a alargar o trabalho deste projeto a todo o país. Além disto nas instalações da Casa dos Direitos encontra-se a sede da LGDH, que foi uma mais-valia durante este período durante e pós-golpe de Estado já que naquele espaço nunca entrou ninguém com o intuito de a destruir.

Também as entidades estrangeiras são vistas, na perspetiva dos atores ligados à LGDH e à Casa dos Direitos, como imprescindíveis para o funcionamento e atuação das ONG guineenses já que são estas que financiam e as capacitam dos recursos necessários à sua atuação. Como Barros et al. (2006: 29) referem, as ONG dependem em quase 98% de apoio externo, demonstrando a sua debilidade financeira resultante da fraca capacidade de autofinanciamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno. Estas entidades estrangeiras são então vistas como os principais parceiros na consolidação da democracia através da defesa e promoção dos direitos humanos e lutando a par das ONG guineenses por um país mais democrático. A ACEP atua no país desde 1997 e nesta investigação tem um papel importante pois é responsável pelo projeto da Casa dos Direitos em colaboração com a LGDH. Por essa razão é vista pelos membros da organização e do projeto como um apoio fundamental para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao papel da LGDH nos direitos humanos no país, chega-se à conclusão que esta é a organização que mais os promove no país e que luta contra as suas violações afincadamente. A LGDH dá voz a quem não tem voz. Esta ONG de direitos humanos trabalha com o objetivo de transmitir à população o conhecimento sobre a cidadania e como a praticar, para que aprendam os seus direitos mas também os deveres. A LGDH alerta para os erros cometidos no país educando como se deve proceder para que o país funcione de acordo com os valores democráticos. De facto, a população guineense acredita e confia mais na LGDH para obter justiça do que nos próprios tribunais e justiça do país. A falta de tribunais na zona sul do país é apresentada como um grave problema para a justiça do país, demonstrando o mau funcionamento da justiça. A população confia e recorre então à LGDH para obter justiça e esclarecer-se sobre os mais variados assuntos. Nesta investigação foi possível assistir a três denúncias de direitos humanos, em dez dias, confirmando este papel relevante e determinante da LGDH na luta pela justiça na Guiné-Bissau, mesmo esta não tendo meios coercivos.

Para todos os entrevistados a Guiné-Bissau não é um país democrático e encontra-se em fase de democratização. Estes apontam o papel da LGDH fulcral neste processo de transição democrática pois consideram-na uma alternativa face ao Estado na luta para a consolidação da paz e do Estado de direito e democrático. A LGDH promove os direitos democráticos e demonstra com firmeza e determinação a sua posição, principalmente depois do ultimo golpe de Estado de 12 de abril de 2012. Esta organização tem uma participação ativa no processo de democratização através da sensibilização da população de forma a informar sobre a democracia através da rádio, campanhas de sensibilização nas tabancas e regiões, através de formações e palestras e do Centro de Acesso a Justiça. Têm como objetivo transformar a Guiné-Bissau num país onde a democracia tem o caminho livre para ser implementada e luta afincadamente contra a impunidade no país. Para os atores deste estudo a LGDH tem um papel de complemento e que desencadeia o próprio Estado já que chegou a locais onde este não está tão presente, levando-o a chegar ao local posteriormente.

Tendo em consideração todos estes aspetos, é possível concluir que a Liga Guineense dos Direitos Humanos desempenha um papel ativo na democratização na Guiné-Bissau através da promoção e defesa dos direitos humanos e das suas ações contra a impunidade no país. Além disso, luta diariamente para o seu fortalecimento interno através da formação dos seus ativistas e membros. Com o projeto da Casa dos Direitos esta oportunidade de formação foi altamente desenvolvida já que este projeto é reconhecido por todos os entrevistados como uma mais-valia para a LGDH e para o país, na medida em que providencia assistência técnica, estudos, transmissão de conhecimento na área dos direitos humanos e outros recursos importantes à atuação das ONG do país. A Casa dos Direitos permitiu também à LGDH ter uma sede, podendo atuar de uma melhor forma. Já as entidades estrangeiras, com destaque para a ACEP, além de contribuírem financeiramente para o desenvolvimento e apoio das ONG do país, disponibilizam recursos imprescindíveis à atuação destas organizações guineenses.

Reconhecendo que todas as investigações têm limitações, é possível admitir que foram encontradas algumas. Um resultado da organização desta investigação já que as entrevistas foram realizadas antes de conseguir rever toda a bibliografia, pois a viagem só poderia acontecer em determinada data. Hoje as questões das entrevistas teriam sido direcionadas de forma a reunir mais informação sobre os projetos antigos e ativos da LGDH de forma a poder analisar o seu impacto na sociedade guineense. Mas a verdade é que *à priori* não existiam sequer documentos disponíveis para conseguir ter uma perspetiva sobre o seu funcionamento e

atividades. A investigação foi, de facto, um estudo completamente exploratório. Outra limitação encontrada não se prende com a organização e espaço temporal da investigação mas sim com a dificuldade que os atores envolvidos têm em distanciar-se da organização. Isto é, estes encontram-se demasiado envolvidos para poder analisar a LGDH e o próprio projeto da Casa dos Direitos de forma imparcial. Cabe então ao investigador retirar o máximo de informação possível de forma a analisá-la imparcialmente. Houve a preocupação de o fazer em toda a fase da investigação, inclusive após a observação no terreno onde foram presenciadas determinadas situações para as quais não estava preparada – presenciar denúncias de violações de direitos humanos. Esta situação tornou de facto a experiência muito mais rica.

Como proposta para trabalhos futuros, imagino que seria interessante analisar a LGDH até à criação do projeto da Casa dos Direitos e após esse, comparando a sua intervenção. A LGDH após 23 anos tem finalmente um espaço onde pode trabalhar em segurança e com os recursos necessários à sua disposição. Além disso, a mudança política no país que teve início este ano, 2014, traz a esperança de um contributo mais ativo da LGDH na colaboração de formulação de políticas públicas com vista à proteção dos direitos humanos. Não houve disponibilidade para analisar através dos *media* nacionais e internacionais o impacto e visibilidade da LGDH, por isso acredito que seria igualmente interessante explorar essa vertente.

Bibliografia

- Ambrose, B. P. (1995). *Democratization and the protection of human rights in Africa: problems and prospects*. Praeger.
- Anheier, H., & Salamon, L. (1992). *In search of the non-profit sector: in search of definitions*. Johns Hopkins Institute for Policy Studies.
- Baehr, P. (2009). *Non-Governmental Human Rights Organizations in International Relations*. Palgrave Macmillan.
- Barkan, J. D. (1997). Can established democracies nurture democracy abroad? Lessons from Africa. In A. Hadenius, *Democracy's Victory and Crisis*. Cambridge University Press.
- Barros, M. (2012). A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau. *Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto*, 18.
- Barros, M., Sangreman, C., Sousa JR., F., & Zeverino, G. (2006). A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. *Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, 70.
- Bratton, M., Mattes, R., & Gyimah-Boadi, E. (2005). *Public Opinion, Democracy, and Market Reform in Africa*. Cambridge University Press.
- Cabral, A. (1974). *Guiné-Bissau: nação forjada na luta de Amílcar Cabral*. Nova Aurora.
- Charnovitz, S. (1997). Two centuries of participation: NGOs and international governance. *Michigan Journal of International Law*, 18, pp. 183-286.
- Clarke, G. (1998). Nongovernmental organisations and politics in the developing world. *Political Studies*, 46, pp. 36-52.
- Dahl, R. (1971). *Polyarchy Participation and Opposition*. Yale University Press.
- Dahl, R., Shapiro, I., & Cheibub, J. A. (2003). *The Democracy Sourcebook*. Massachusetts Institute of Technology.
- Diamond, L. (2003). Defining and Developing Democracy. In R. Dahl, I. Shapiro, & J. A. Cheibub, *The Democracy Sourcebook* (pp. 29-39). Massachusetts Institute of Technology.

- Diamond, L. (2008). The democratic rollback: the resurgence of the predatory state. *Foreign Affairs* , pp. 36-48.
- Diamond, L., & Plattener, M. F. (2001). *The Global Divergence of Democracies*. The Johns Hopkins University Press.
- Diamond, L., Plattener, M. F., Chu, Y.-h., & Tien, H.-m. (1997). *Consolidating the Third Wave Democracies*. The Johns Hopkins University Press.
- Dorsey, E., & Nelson, P. J. (2003). *At the Nexus of Human Rights and Development: New Methods and Strategies of Global NGOs*. Elsevier Ltd.
- Fayemi, A. K. (2009). *Towards an African Theory of Democracy*. Thought and Practice.
- Ferreira, P. (2004). Guiné-Bissau: Between Conflict and Democracy. *African Security Review* , 13, pp. 44-56.
- Hadenius, A. (1992). *Democracy and development*. Cambridge University Press.
- Held, D. (2006). *Models of Democracy*. Stanford University Press.
- Huntington, S. P. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.
- Jackson, R. H., & Rosberg, C. G. (1982). Why Africa's weak states persist: the empirical and the juridical in statehood. *World Politics* , 35, pp. 1-24.
- Karl, T. L., & Schmitter, P. C. (1991). *What democracy is and is not*. Journal of Democracy.
- Karl, T. L., & Schmitter, P. C. (1991). *What Democracy is... and is not*. Journal of Democracy.
- Kew, D., & Oshikoya, M. (2014). Escape from Tyranny: Civil Society and Democratic Struggles in Africa. In E. Obadare, *The Handbook of Civil Society in Africa* (pp. 7-23). Springer Science+Business Media NewYork.
- Lewis, D. (2005). *The Management of Non-Governmental Development Organizations*. Routledge.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of democracy: government forms and performance in thirty-six countries*. Yale University Press.

- Linz, J. (1997). Some thoughts on the victory and future of democracy. In A. Hadenius, *Democracy's victory and crisis* (pp. 404-426). Cambridge University Press.
- Linz, J., & Stepan, A. (2001). Toward Consolidated Democracies. In L. Diamond, & M. F. Plattner, *The Global Divergence of Democracies* (pp. 93-112). The Johns Hopkins University Press and the National Endowment for Democracy.
- Marcinkutė, L. (2011). The role of human rights NGO's: human rights defenders or state sovereignty destroyers? *Baltic Journal of Law & Politics*, 4.
- Marcus, R., Mease, K., & Ottemoeller, D. (2001). Popular Definitions of Democracy from Uganda, Madagascar, and Florida, U.S.A. In S. N. Ndegwa, *A Decade of Democracy in Africa* (pp. 113-132). Koninklijke Brill NV.
- Monga, C. (1996). *The Anthropology of Anger Civil Society and Democracy in Africa*. Lynne Rienner Publishers, Inc.
- Ndegwa, S. N. (2001). *A Decade of Democracy in Africa*. Koninklijke Brill NV.
- Newton, K. (2001). Trust, social capital, civil society, and democracy. *International Political Science Review*, 22, pp. 201-214.
- Obadare, E. (2014). *The Handbook of Civil Society in Africa*. Springer Science+Business Media NewYork.
- Popper, K. (1963). *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. Routledge & Kegan Paul.
- Przeworski, A. Minimalist Conception of Democracy: A Defense. In R. Dahl, I. Shapiro, & J. A. Cheibub, *The Democracy Sourcebook* (pp. 12-17). Massachusetts Institute of Technology.
- Przeworski, A., Stokes, S., & Manin, B. (1999). *Democracy, Accountability, and Representation*. Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Rudebeck, L. (1997). *To Seek Happiness: Development in a West African Village in the Era of Democratisation*. Review of African Political Economy.
- Sá, F. (2010). Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Samarasinghe, A. (1994). *Series on Democracy and Health: Democracy and Democratization in Developing Countries*. The American University & Institute for International Research e International Centre for Ethnic Studies.

Schmitter, P. (1997). Civil Society East and West. In L. Diamond, *Consolidating the Third World Democracies: Themes and Perspectives*. The Johns Hopkins University Press.

Sen, A. (2001). Democracy as a Universal Value. In L. Diamond, & M. F. Plattner, *The Global Divergence of Democracies* (pp. 3-17). The Johns Hopkins University Press and the National Endowment for Democracy.

Stake, R. E. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Thomson, A. (2010). *An Introduction to African Politics*. Routledge.

Welzel, C. (2009). Theories of Democratization. In C. Haerpfer, P. Bernhagen, R. Inglehart, & C. Welzel, *Democratization* (pp. 74-88). Oxford University Press.

Williams, G. (2003). Democracy as idea and democracy as process in Africa. *The Journal of African American History*, 88, pp. 339-360.

Wiseman, J. (2003). *Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa*. Routledge.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Bookman.

Webgrafia

ACEP. (2012). Retrieved from <http://www.acep.pt/ACEP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/73/language/pt-PT/Default.aspx>

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. (n.d.). Retrieved from http://www.stat-guineebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm

Liga Guineense dos Direitos Humanos. (2014). Retrieved from <http://www.lgdh.org/p/a-ligdh.html>

ANEXOS

ANEXOS

Guião de entrevistas

Dirigentes
Caracterização: Idade Residência
1. Desde quando começou a estar ligado à Liga? Como?
2. Desde quando exerce as funções que está a ocupar agora?
3. O que fazia antes?
4. Além deste trabalho faz outra coisa?
5. Importância da Liga para a defesa dos Direitos Humanos?
6. Importância da Liga para a democratização da Guiné-Bissau?
7. Já é país democrático ou em fase de democratização?
8. Qual o papel da sociedade civil em geral na Guiné-Bissau?
9. Como avalia a sua intervenção até ao momento?
10. Relevância deste projeto (casa dos direitos) para a sociedade civil guineense?
11. Qual a diferença entre o projeto da Casa dos Direitos e a Liga para a defesa dos Direitos Humanos?
12. Como perspectiva a sua intervenção no futuro?
13.- No período de 2003 a 2013, que acontecimentos na vida política do país influenciaram o rumo da Liga e como? (incluindo, golpes de estado, assassinatos)

Ativistas
Caracterização: Nome Idade Residência Local de nascimento Estado civil Filhos Nível de Escolaridade Onde estudou Área Geográfica onde atua

Situação profissional atual
Situação profissional anterior (percurso)
1. Quando começou a atuar como ativista?
2. Desde quando exerce as funções que está a ocupar agora?
3. O que fazia antes?
4. Desde quando começou a estar ligado à Liga?
5. Como teve conhecimento da existência da Liga?
6. Com quem teve o primeiro contacto para integrar a Liga?
7. Como aderiu?
8. Houve alguém que influenciou a aproximação? Quem?
9. Como vê o seu papel como ativista do ponto de vista social para a sociedade guineense? Caracterize como: Muito importante, Importante, pouco importante, nada importante
10. Como avalia a sua intervenção até ao momento? Ter em conta os diferentes períodos de atuação e resultados diferentes relativamente a marcos importantes da história política.
11. Como vê a participação da sociedade civil na região onde atua? Pedir exemplos para ter parâmetros de comparação.
12. Como teve conhecimento do projeto Casa dos Direitos?
13. Já esteve aqui em vezes anteriores?
13.1. Se sim, o que fez?
14. Como avalia a participação de outras entidades (nacionais ou estrangeiras) na consolidação dos Direitos Humanos (através do projeto da Casa dos Direitos)?
15. Atendendo ao seu conhecimento deste projeto e da atuação da Liga, o que acha que podia ser feito mais?
16. Democracia ou em fase de democratização?
17. Como perceciona a participação destas entidades na democratização da Guiné?
18. Como perspectiva a sua intervenção no futuro?

Colaboradores
Caracterização:
Nome
Idade
Residência
Naturalidade
Nível de escolaridade

Onde estudou?
Tem outra profissão?
1. O que faz na Casa dos Direitos?
2. Como teve conhecimento do projeto?
3. Como vê este projeto da Casa dos Direitos na Guiné-Bissau?
4. Importância para os direitos humanos destes projetos como a Casa dos Direitos?
5. Importância e papel da LGDH para a defesa dos direitos humanos?
6. Importância e papel da LGDH para a democratização na Guiné-Bissau?

Atores Externos
<u>Coordenadora da Unidade de Gestão do Programa - PAANE</u>
1. Qual o papel do PAANE na sociedade civil guineense?
2. Sendo coordenadora, como vê o papel da cooperação internacional no apoio a iniciativas e ONG de direitos humanos? Tendo em conta as relações com os governos.
3. Tendo em conta que a UE não reconhece o governo, apos o golpe de estado: <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Como avalia a cooperação entre o PAANE e a Casa? 3.2. Como avalia a cooperação entre o PAANE e a Liga?
4. Como perspectiva a sua intervenção no futuro?
<u>Gestora de subvenção do PAANE</u>
1. Em que consistem os apoios atribuídos pelo PAANE?
2. Qual a sua opinião sobre a LGDH?
<u>Cooperação Portuguesa</u>
1. Como vê o papel da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau? Não só nos direitos humanos mas também relativamente aos cortes que houve para a cooperação.
2. Como analisa a relação entre a Cooperação Portuguesa e a Casa dos Direitos e Liga Guineense dos Direitos Humanos?
4. Como perspectiva a sua intervenção no futuro?
<u>Antiga colaboradora da Tiniguena</u>
1. De que forma está ligada ao projeto Casa dos Direitos?
2. Qual a sua opinião relativamente a este projeto?
3. Na sua perspectiva, qual o papel da sociedade civil (em especial as ONG) na democratização da Guiné-Bissau? De que forma intervém, como, e importância.
4. Como perspectiva a sua intervenção no futuro?

<u>Direto executivo da Tiniguena</u>
1. De que forma está ligado ao projeto Casa dos Direitos?
2. Qual a sua opinião relativamente a este projeto?
3. Na sua perspetiva, qual o papel da sociedade civil (em especial as ONG) na democratização da Guiné-Bissau? De que forma intervém, como, e importância.
4. Como perspetiva a sua intervenção no futuro?
<u>Coordenadora Casa dos Direitos</u>
1. Como funciona a Casa dos Direitos?
2. Qual a importância deste projeto para a sociedade guineense?
3. Como percebe a intervenção destas entidades (LGDH, ACEP, Casa dos Direitos) na democratização na Guiné-Bissau?
4. Considera que a sociedade civil é um fator relevante para a democratização no país?
5. Como perspetiva a sua intervenção no futuro?
<u>Presidente ACEP</u>
1. O que pretendem fazer após o término do projeto da Casa dos Direitos?
2. Democracia ou em fase de democratização?
3. Como percebe o papel da LGDH para a democratização na Guiné-Bissau?
4. Qual a importância da Casa dos Direitos e da ACEP para os direitos humanos na Guiné-Bissau?
5. Qual a relação entre a ACEP e a LGDH?
6. Como perspetiva a sua intervenção no futuro?